

## Pandemia pode levar mais 150 milhões à pobreza extrema até 2021, diz Banco Mundial



A pobreza extrema deve aumentar no mundo em 2020 pela primeira vez em 20 anos, sob impacto da pandemia do coronavírus, alerta o Banco Mundial em relatório divulgado nesta quarta-feira (7).

Segundo a instituição financeira, a ruptura provocada pela Covid-19 nas economias de todo o mundo pode levar entre 88 milhões e 115 milhões de pessoas para a miséria este ano, podendo chegar a 150 milhões em 2021, dependendo da gravidade da retração econômica.

São considerados extremamente pobres pelo Banco Mundial pessoas com renda inferior a US\$ 1,90 por dia

(R\$ 10,64, ao câmbio atual).

Dessa maneira, a pobreza extrema deve afetar entre 9,1% e 9,4% da população mundial em 2020, patamar que leva a taxa de volta ao nível de 2017 (9,2%).

“A pandemia e a recessão global podem levar mais de 1,4% da população mundial para a pobreza extrema”, destaca o presidente do grupo Banco Mundial, David Malpass, em comunicado. “Para reverter esse sério contratempo aos avanços no desenvolvimento e à redução da pobreza, os países precisam se preparar para uma economia diferente pós-Covid.”

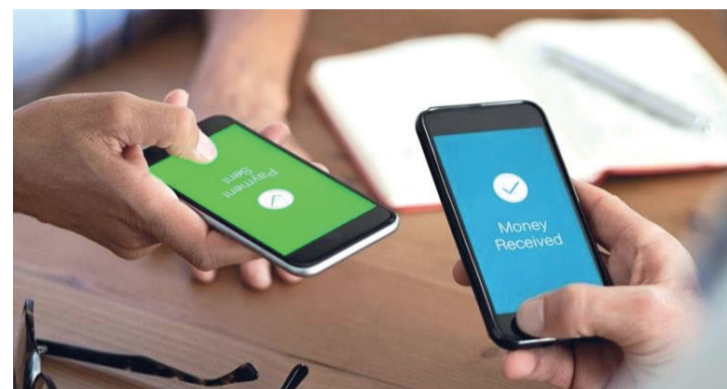
A crise também deve reduzir a prosperidade compartilhada -definida como o cres-

cimento da renda dos 40% mais pobres da população de um país.

O banco estima que a média global da prosperidade compartilhada deve ficar estagnada ou até mesmo se contrair entre 2019 e 2021, revertendo tendência registrada de 2012 a 2017, quando a renda dos 40% mais pobres havia crescido em 74 de 91 economias para as quais havia dados disponíveis.

“A desaceleração da atividade econômica intensificada pela pandemia deve atingir os mais pobres de forma especialmente dura, e isso pode levar a indicadores de prosperidade ainda mais baixos nos próximos anos”, destaca a instituição. Thais Carranã/Folhapress

## Economia



**Analistas identificam ao menos 30 domínios falsos para aplicar golpes envolvendo Pix** *Página - 03*

**Produção de veículos cresce 4,4% em setembro, revela a Anfavea** *Página - 03*



**Secretário de Guedes deve presidir braço de investimentos do BID** *Página - 04*

## Negócios



**Venda de imóveis cresce 58% e registra melhor resultado desde 2014** *Página - 12*

**Braskem sofre ataque de hackers e suspende sistemas** *Página - 12*

## No Mundo

### A 27 dias da eleição, Trump precisa de reviravolta inédita para se reeleger



**E**m uma campanha marcada pela imprevisibilidade causada pela pandemia de coronavírus, Donald Trump precisará realizar uma reviravolta inédita na história da democracia americana para continuar morando na Casa Branca por mais quatro anos.

Ao menos é isso que indicam as pesquisas mais recentes de intenção de voto.

A 27 dias da eleição, que será em 3 de novembro, o democrata Joe Biden tem uma vantagem de 9,3 pontos percentuais sobre o republicano (51,6% contra 42,3%), segundo a compilação dos levantamentos feita pelo site especializado FiveThirtyEight nesta quarta (7).

Desde que as pesquisas eleitorais nos EUA passaram a adotar metodologias científicas, nos anos 1930, nenhum candidato conseguiu reverter uma desvantagem tão grande a tão pouco tempo da eleição.

Isso não significa que não existam surpresas na história eleitoral dos EUA. O próprio Trump, aliás, protagonizou uma das mais conhecidas quando foi eleito em 2016.

Na ocasião, o republicano chegou ao dia da eleição como azarão -o FiveThirtyEight apontava que ele tinha cerca 30% de chance de vitória- e saiu como presidente eleito dos Estados Unidos.

Mas ainda que ele consiga repetir o desempenho e diminua a diferença em relação

a Biden assim como fez em relação a Hillary Clinton, isso provavelmente não será suficiente para lhe dar a vitória.

Há quatro anos, Hillary tinha 6,2 pontos percentuais de vantagem sobre Trump a 27 dias da eleição. Quando as urnas abriram, a vantagem da democrata foi de apenas 2,1 pontos -48,2% dos votos para ela, 46,1% para ele.

No peculiar sistema eleitoral americano, porém, não necessariamente o vencedor da disputa é o candidato mais votado.

Isso porque quem de fato escolhe o presidente é o Colégio Eleitoral, que não segue proporcionalmente os votos totais.

Bruno Benevides/Folhapress

### Azerbaijão cede e admite negociação com Armênia pela primeira vez



**N**a ofensiva desde o domingo retratado, o Azerbaijão cedeu nesta quarta (7) e admitiu que pode negociar o fim do conflito com a Armênia sobre a disputada região de Nagorno-Karabakh.

Até aqui, Baku afirmava que só cessaria as hostilidades quando os armênios étnicos que comandam Karabakh cedessem o território aos azeris e Ierevan desocupasse os sete distritos em torno da região, que ocupam desde o fim da guerra de 1992-94.

“Quando a fase do confronto militar terminar, naturalmente, voltaremos à mesa de negociações”, disse à TV Rússia 1 o presidente azeri, Ilham Aliyev.

### Setembro foi o mês mais quente já registrado, diz União Europeia

**O** mês de setembro deste ano foi o mais quente já registrado, exibindo temperaturas anormalmente altas no litoral da Sibéria, no Oriente Médio e em partes da América do Sul e da Austrália, disse o Serviço Copérnico contra a Mudança Climática da União Europeia (UE) nesta quarta-feira (7).

Ampliando uma tendência de aquecimento de longo prazo, causada pelas emissões de gases do efeito estufa, as temperaturas altas deste ano desempenharam grande papel em desastres que vão dos incêndios no estado norte-americano da Califórnia e

no Ártico às inundações na Ásia, disseram cientistas.

Globalmente, setembro foi 0,05 grau Celsius mais quente do que o mesmo mês de 2019 e 0,08 grau Celsius mais quente do que em 2016, até então o setembro mais quente e o segundo mais quente já notificado, como mostraram dados do Copérnico.

Durante os últimos três meses de 2020, eventos climáticos como o fenômeno La Niña e os níveis baixos projetados para o gelo do Oceano Ártico no outono ajudarão a determinar se o ano como um todo se tornará o mais quente já registrado, disse o serviço Copérnico.

Reuters/ABR



Ele havia acabado de falar por telefone com o presidente russo, Vladimir Putin, o principal ator político da crise ao lado do líder turco Recep Tayyip Erdogan.

Putin faz nesta quarta 68 anos, e as congratulações foram a desculpa de Aliyev. Mais cedo, o russo havia dito que o conflito era “uma tragédia” e que a Rússia estava pronta para “cumprir suas obrigações como aliada da Armênia”.

O recado foi claro. Moscou tem uma grande base militar, com tanques e caças, em Gyumri, no leste da Armênia. É herança do tempo em que o país fazia parte da União Soviética, e, em troca da permissão para ficar, os russos são obrigados a defender Ierevan em caso de agressão externa.

O quadro em Nagorno-Karabakh é confuso, dado que do ponto de vista internacional é um território azeri que se tornou autônomo. Mas já houve ataques em território armênio neste conflito, o pior desde a guerra ocorrida ao fim do império comunista.

Igor Gielow/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## Analistas identificam ao menos 30 domínios falsos para aplicar golpes envolvendo Pix



As transações do Pix, novo sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central, serão criptografadas e feitas por meio de uma rede protegida e separada da internet para evitar ataques, afirma a autoridade monetária. O sistema permitirá transações 24h por dia, sete dias por semana, de maneira gratuita e imediata.

O novo sistema, cujo cadastro começou nesta segunda-feira (5), levantou questionamentos de consumidores nas redes sociais sobre a segurança dos dados. O Pix já foi alvo de cibercriminosos.

Só no primeiro dia de cadastros, ao menos 30 domínios falsos foram criados com o nome do novo programa, afirmou a Kaspersky, empresa de cibersegurança.

O objetivo desses endereços de internet é conseguir informações pessoais de consumidores para efetuar fraudes em seu nome e disseminar softwares nocivos -hackeando computadores e contas e roubando senhas.

Apesar do grande número de tentativas de fraudes relacionadas ao Pix, o novo sistema é seguro, segundo o BC e as instituições financeiras e de pagamentos envolvidas com o processo. Os principais meios de roubo de dados ou informações, afirmam, acontecem por meio da engenharia social - uma manipulação psicológica feita por criminosos.

Esse tipo de golpe faz o consumidor acreditar que o fraudador é um representante da instituição financeira ou que o site informado é o oficial do Pix e o convence a passar informações pessoais e finan-

ceiras -o que leva à fraude.

Segundo o diretor de estratégias e open banking do Itaú, Carlos Eduardo Peyser, os casos em que alguém convence o consumidor a quebrar o sigilo dos dados é a situação mais comum no Brasil.

“O pouco de fraude que pode acontecer vai depender de cada um dos participantes do mercado, principalmente das instituições que tenham menos experiência com bancos e que possam ter alguma fragilidade maior do ponto de vista de segurança [como é o caso de varejistas]. Bancos e todos os participantes mais diretos [regulados pelo BC] já estão muito acostumados a ataques cibernéticos e já estão adaptados com diversas camadas e níveis de segurança”, afirmou.

Isabela Bolzani/Folhapress

## Produção de veículos cresce 4,4% em setembro, revela a Anfavea



Em setembro, a produção de veículos aumentou 4,4% ante agosto, totalizando 220.162 unidades. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), embora tenha havido melhora no índice, o nível ficou 11% abaixo do registrado em setembro de 2019.

O acumulado do ano também apresentou saldo negativo (41,1%), influenciado pelas flutuações econômicas geradas pela pandemia de covid-19. Com queda acumulada de 32,3%, o mercado interno fechou setembro com

## Comércio e serviços de São Paulo perdem mais de 300 mil empregos

Os setores do comércio e de serviços do estado de São Paulo perderam 308.727 empregos formais de janeiro a agosto de 2020. O comércio teve uma redução de 134.708 postos de trabalho com carteira assinada, o que representa queda de 5%. A área mais impactada foi o varejo, com déficit de 104.333 vagas. O setor de serviços teve retração de 174.019 vagas a menos e um recuo de 2,81% nos primeiros oito meses do ano.

Quando a Pesquisa de Emprego no Estado de São Paulo (Pesp), da FecomercioSP, divulgada ontem (7), considera o período de março (início da pandemia de covid-19) a agosto, os empregos formais no comércio tiveram saldo negativo de 120.241 vagas e os serviços, de 240.788 va-

gas, com reduções de 4,52% e 3,84%, respectivamente.

Segundo a entidade, mesmo com os resultados negativos, o comércio já dá sinais de recuperação com saldos positivos de empregos com carteira assinada em julho (7.122) e em agosto (15.339). No setor de serviços, em agosto o saldo chegou a 15.635 novas vagas e um crescimento de 0,26%.

A pesquisa indica, ainda, que na capital paulista os serviços tiveram redução de 57% dos empregos, com a eliminação de 99.279 vagas. No comércio da cidade houve perda de 57.287 empregos (42% do saldo negativo estadual) formais. O destaque negativo é para o varejo que demitiu 41 mil funcionários, principalmente das lojas de roupas e acessórios (-12,4 mil).

Flávia Albuquerque/ABR



207.710 unidades licenciadas, informou, ontem (7), em São Paulo, a Anfavea.

Para ela, um dos principais fatores desfavoráveis são as exportações, que não têm evoluído e podem encerrar o ano com o pior resultado do século. A baixa acumulada é de 38,6% e de 16,7%, na comparação com setembro de 2019. Ao todo, em setembro, foram vendidos 30.519 veículos para clientes do exterior, que representam um volume 8,5% maior do que o de agosto.

De agosto para setembro, também houve um incremento de 28,9% no volume de

caminhões (9,4 mil unidades) e de 14,3% no de ônibus produzidos (2 mil unidades). No segmento de máquinas agrícolas e rodoviárias, a expansão foi de 4,7%.

A Anfavea avalia que a indústria deve encerrar 2020 com um desempenho um pouco mais satisfatório do que o estimado na metade do ano. Naquele período, calculava-se uma queda de 40% na produção, que agora foi revisada para 35%, de modo que o total deve ser de 1,915 milhão de unidades produzidas. Se isso se confirmar, será o pior resultado das montadoras desde 2003.

# Publicidade Legal

## Real Estate XXIV Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 21.382.110/0001-35

Relatório da Administração

Prezados acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2019, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Durante o exercício de 2019, a Companhia concentrou seus esforços na manutenção do imóvel de sua propriedade e na administração de sua locação, prática que a Administração pretende manter nos próximos exercícios. **A Diretoria.**

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)**

Balço Patrimonial			Demonstrações do Resultado				
Ativo	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	
<b>Circulante</b>		<b>10.913</b>	<b>11.450</b>	<b>Receita líquida</b>	10	<b>10.022</b>	<b>9.534</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.972	10.314	<b>Custos</b>	11	<b>(839)</b>	<b>(724)</b>
Contas a receber		867	917	<b>Lucro bruto</b>		9.183	8.810
Tributos a recuperar		46	219	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	11	<b>(1.801)</b>	<b>(2.479)</b>
Outros créditos		28	–	Despesas gerais e administrativas			
<b>Não circulante</b>		<b>80.833</b>	<b>80.027</b>	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	10	38.004
Propriedades para investimento	5	71.467	70.858	<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>7.392</b>	<b>35.525</b>
Imobilizado	6	8.056	9.169	<b>Resultado financeiro</b>		<b>(84)</b>	<b>(251)</b>
Partes relacionadas	14	1.310	–	Despesas financeiras	12	594	678
<b>Total do ativo</b>		<b>91.746</b>	<b>91.477</b>	Receitas financeiras	12	510	427
				<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>		<b>7.902</b>	<b>44.762</b>
				IRPJ e CSLL – correntes	16	<b>(1.321)</b>	<b>(1.284)</b>
				<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>6.581</b>	<b>43.478</b>
				Média ponderada das ações		100.820.952	101.741.500
				<b>Lucro do exercício por ação</b>		<b>0,065</b>	<b>0,427</b>

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

**1. Contexto Operacional** – A Companhia foi constituída em 11/11/2014 sob a denominação de CMNPAR Ninetyfive Participações S.A., em 30/08/2016, teve a sua razão social alterada para a atual Real Estate XXIV Investimentos Imobiliários e Participações S.A., entretanto iniciou suas operações em 30/09/2016. A Companhia com sede em São Paulo-SP, tem como objeto social a participação em outras sociedades, a realização de investimentos no setor imobiliário e a administração de bens próprios, com sede em São Paulo. O Pátria Real Estate III Multiestratégia – Fundo de Investimento em Participações (“FIP”) é o acionista majoritário, detendo 99,99% das ações. O FIP, como acionista majoritário da Companhia, se comprometeu, mediante assinatura de compromisso de subscrição de ações (“Boletim de Subscrição”) em 01/09/2016, a realizar aportes de capital para atender as obrigações de manutenção da Companhia no montante de até R\$ 150.000. A Companhia é proprietária de um imóvel, na cidade de Nova Santa Rita, estado do Rio Grande do Sul. O ativo foi desenvolvido nos últimos anos e consiste em dois galpões refrigerados, estes galpões estão localizados para diversas empresas. Durante o exercício de 2019, a Real Estate XXIV Investimentos e Participações S.A. concentrou seus esforços na manutenção do imóvel de sua propriedade e na administração de sua locação, conforme descrito nas notas explicativas nº 5 e nº 6. **2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária e os pronunciamentos técnicos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 18/06/2020. **3. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 18/06/2020. **4. Caixa e Equivalente de Caixa** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 18/06/2020. **5. Propriedades para Investimento** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 18/06/2020. **6. Imobilizado** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 18/06/2020.

ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g) Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia vem adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. Em cada trimestre, para determinação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, aplica-se sobre a receita bruta auferida o coeficiente fixado pela legislação vigente de 32% aplicável a receitas de aluguel. O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 ao ano. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **h) Normas vigentes a partir de 01/01/2019 (IFRS/CPCs) CPC 06 (R2)/IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil”:** A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (i) Reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (ii) Reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (iii) Reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. A Administração da Companhia concluiu que não haverá impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia. **i) Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) – Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

	2019	2018
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>		
Depósitos bancários	632	7
Aplicações financeiras	9.340	10.307
<b>Total</b>	<b>9.972</b>	<b>10.314</b>

Em 31 de dezembro as operações compromissadas são efetuadas com vencimento em D+1 com taxas que variam entre 75% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDB).

	Taxa de depreciação				Saldo			
	inicial	adicionado	depreciação	final	inicial	adicionado	depreciação	final
Terreno	–	–	–	–	–	–	–	–
Edificações	1,3%	16.685	–	16.685	54.173	1.331	(724)	54.782
<b>Total das Propriedades para Investimento</b>		<b>70.858</b>	<b>1.331</b>	<b>(724)</b>	<b>71.467</b>			

	Taxa de depreciação				Saldo			
	inicial	adicionado	depreciação	final	inicial	adicionado	depreciação	final
Terreno	–	–	–	–	–	–	–	–
Edificações	1,3%	53.665	1.232	54.173	70.350	1.232	(724)	70.858
<b>Total das Propriedades para Investimento</b>		<b>70.350</b>	<b>1.232</b>	<b>(724)</b>	<b>71.467</b>			

Refer-se ao imóvel situado na cidade de Nova Santa Rita, Estado do Rio Grande do Sul. O valor do imóvel está acrescido dos custos de taxas e emolumentos necessários à sua aquisição. O Pátria Investimentos Ltda., como investidor imobiliário e gestor do FIP, avalia que o valor justo do imóvel no exercício de 2019 é de R\$ 131.900 (R\$ 133.150 em 2018). Esse valor foi calculado utilizando-se uma taxa de capitalização (“cap rate”) de 8,5%, uma taxa de desconto de 12,5% ao ano e um período de desconto igual a 10 anos. O terreno possui uma área total de 188.876 (m²), com uma área construída de 19.333 (m²). Em 2019 seus dois locatários, representam um total de 18.517 (m²), ou 96% da área utilizada, com capacidade prevista de 38.159 posições de pallets. Os contratos de locação têm prazo de duração entre dezembro/21 a janeiro/23.

	Taxa de depreciação				Saldo			
	inicial	adicionado	depreciação	final	inicial	adicionado	depreciação	final
Máquinas e equipamentos	10%	8.172	3	(990)	7.185			
Móveis e utensílios	10%	64	–	(8)	56			
Equipamentos de informática	20%	2	–	(1)	1			
Instalações	10%	931	–	(117)	814			
<b>Total do ativo imobilizado</b>		<b>9.169</b>	<b>3</b>	<b>(1.116)</b>	<b>8.056</b>			

	Taxa de depreciação				Saldo			
	inicial	adicionado	depreciação	final	inicial	adicionado	depreciação	final
Máquinas e equipamentos	10%	9.162	–	(990)	8.172			
Móveis e utensílios	10%	72	–	(8)	64			
Equipamentos de informática	20%	3	–	(1)	2			
Instalações	10%	1.048	–	(117)	931			
<b>Total do ativo imobilizado</b>		<b>10.935</b>	<b>(650)</b>	<b>(1.116)</b>	<b>9.169</b>			

Quando da compra do imóvel em 2016, a Companhia adquiriu também o ativo imobilizado, constituído principalmente por máquinas, sistemas, centrais e equipamentos frigoríficos. **7. Fornecedores** – Representa o valor a pagar com fornecedores R\$653 em 2019 (R\$10 em 2018), proveniente das obras das propriedades para investimento, não existem valores em atraso de longa data.

	2019	2018
<b>8. Obrigações Tributárias</b>		
IRPJ a recolher	180	221
CSLL a recolher	86	81
COFINS a recolher	26	24
PIS a recolher	6	6
ISS a recolher	70	–
IRRF terceiros a recolher	3	1
PIS, Cofins e CSRF retidos a recolher	15	5
<b>Total</b>	<b>386</b>	<b>338</b>

**9. Patrimônio Líquido – a) Capital social:** Em 31/12/2019 o capital social subscreto é de R\$108.001, representado por 108.000.500 ações ordinárias e R\$115.001 em 31/12/2018, representado por 150.001.000 ações (2018). No transcorrer do exercício de 2019 o capital social foi reduzido em R\$7.000. O montante de capital integralizado líquido no exercício findo em dezembro de 2019 é de R\$ 94.742, faltando a integralizar R\$13.259. **b) Reserva legal:** É constituída, quando aplicável, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Dividendos distribuídos:** O Estatuto Social prevê que, do resultado apurado em cada exercício social, ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, 1% será distribuído como dividendos mínimos obrigatórios. A Companhia apurou lucro nos exercícios findos em 31/12/2019 e de 2018, porém, ainda não suficiente para consumir o prejuízo acumulado, em razão disso não houve a constituição da reserva legal e dividendos mínimos. **10. Receita Líquida** – Refere-se à locação de um edifício de sua propriedade (nota explicativa nº 5). A realização é feita no prazo de vigência dos contratos de locação. As receitas são apresentadas da seguinte maneira:

	2019	2018
Receita de aluguel	10.401	9.895
Tributos sobre a receita	(379)	(361)
	<b>10.022</b>	<b>9.534</b>

	2019	2018
<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	6.581	43.478
Ajustes em: Depreciação e amortização	1.840	1.840
Baixa dos bens do ativo imobilizado	–	650
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais:</b>		
Contas a receber	50	251
Tributos a recuperar	173	(18)
Outros créditos	(28)	91
Fornecedores	643	(56)
Obrigações tributárias	1.478	1.385
Adiantamento de clientes	(3)	(158)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	10.734	47.463
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.430)	(1.357)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>9.304</b>	<b>46.106</b>

	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Mútuos com partes relacionadas	(1.310)	–
Adições de propriedades para investimentos	(1.333)	(1.232)
Aquisições de imobilizado	(3)	–
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(2.646)</b>	<b>(1.232)</b>

	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Redução de capital	(7.000)	(35.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(7.000)	(35.000)
<b>Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(342)</b>	<b>9.874</b>
No início do exercício	10.314	440
No fim do exercício	9.972	10.314
<b>Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(342)</b>	<b>9.874</b>

	2019	2018
<b>11. Custos e Despesas Gerais e Administrativas</b>		
Depreciação (*)	(1.840)	(1.840)
Manutenção predial	(273)	(322)
Outras despesas	(3)	(61)
Segurança e vigilância	(6)	(376)
Consultoria	(235)	(286)
Contabilidade	(74)	(55)
Auditoria	(45)	(36)
Seguros diversos	(28)	(77)
Viagens e estadias	–	(8)
Advogados	(89)	(109)
Publicidade	(47)	(33)
<b>Total</b>	<b>(2.640)</b>	<b>(3.203)</b>
(*) Depreciação – Custos	(839)	(724)
(*) Depreciação – Despesas gerais e administrativas	(1.001)	(1.116)

	2019	2018
<b>12. Resultado Financeiro</b> – São representados por:		
<b>Receitas financeiras</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Rendimento de aplicação financeira	585	666
Varição cambial	9	12
	594	678
<b>Despesas financeiras</b>		
Descontos concedidos	–	(184)
Juros pagos ou incorridos	(18)	(5)
IOF	(5)	–
Outras despesas e receitas	(61)	(62)
	(84)	(251)
<b>Total</b>	<b>510</b>	<b>427</b>

**13. Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas**  
**Outras despesas e receitas**  
 Ganho com sinistro (\*)  
 Outras receitas operacionais  
**Total**  
 (\*) Em 14/04/2017, ocorreu um incêndio em um dos três galpões da companhia, de uso e fruto dos seguintes locatários BRF S.A., Seara Alimentos Ltda., Cooperativa Central Aurora Alimentos e a empresa Reiter Transportes e Logística Ltda. (“Locatários”). O imóvel contava com cobertura de seguro patrimonial abrangente da seguradora Somp Seguradora S.A., que foi acionada e tomou as medidas cabíveis. O valor de perda apurado pela companhia entre prédio e suas instalações, contempladas por máquinas, móveis e utensílios foi no valor montante de R\$ 53.650. Em 20/04/2018 a Companhia recebeu o prêmio de seguro no valor de R\$ 38.004. **14. Partes Relacionadas** – São consideradas partes relacionadas as empresas integrantes do Grupo Pátria, seus controladores, diretores, administradores e familiares. Nos exercícios findos em 31/12/2019 e de 2018 não houve remuneração para a Administração. O saldo que envolve esta transação entre as empresas é de R\$1.310 referente a 3 contratos de mútuos com as SPEs São Bento (R\$610.000), Península (R\$350.000) e Ribeirão das Neves (R\$350.000). **15. Provisão para Riscos** – Atualmente a Companhia não tem conhecimento de ser parte (polo passivo) em nenhuma ação judicial, tributária, trabalhista e nenhum outro processo administrativo.

	2019	2018
<b>16. Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		
Faturamento antes do IRPJ e da contribuição social	10.401	9.895
Presunção	32%	32%
Base de cálculo da receita operacional	(3.328)	(3.166)
Outras receitas	(594)	(678)
<b>Total</b>	<b>(3.943)</b>	<b>(3.844)</b>
Despesa com IRPJ e Contribuição Social – corrente	(1.321)	(1.284)

**17. Seguros** – A Companhia possui cobertura de seguro patrimonial no montante de R\$34.976 sobre riscos de danos materiais e lucros cessantes, com vigência até 30/06/2020. **18. Eventos Subsequentes** – Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não temos conhecimento de quaisquer eventos subsequentes relevantes que, em nosso entendimento, requer divulgação.

**A Diretoria | Erika Suzuki Adachi** – Contador CRC 1SP 247.802/O-4

## Secretário de Guedes deve presidir braço de investimentos do BID

O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, deverá ser indicado pelo governo brasileiro para presidir o BID Invest, instituição do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) que atende ao setor privado.

De acordo com uma fonte que acompanha as negociações, Costa já conversa com o BID para que o convite para comandar o órgão seja formalizado.

O BID Invest é uma instituição multilateral tratada como filial independente do Grupo BID que investe em projetos privados pequenos e médios.

Desde o fim do ano passado, articulações nos bastidores do governo indicavam que o secretário seria enviado para o órgão. Costa, no entanto, vinha desconversando sobre essa possibilidade.

De acordo com o BID, o órgão faz investimentos em participações de até 33% do capital de empresas, sem assumir funções gerenciais ou administrativas nas companhias em que investe.

O BID Invest também atua em fundos de investimentos em participações. Ela canaliza esses recursos para fundos que aplicam em empresas de médio porte da América Latina e do Caribe que não têm outra fonte adequada de capital.

A possibilidade da nomeação é celebrada nos bastidores no Ministério da Economia. O ministro Paulo Guedes disse a interlocutores que a medida pode destravar investimentos no Brasil.

Outra nomeação considerada positiva foi a do ex-secretário de comércio exterior Marcos Troyjo, hoje presidente NDB (Novo Banco de Desenvolvimento), o banco dos Brics.

Bruno Boghossian/Folhapress

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com.br

**Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.**

CNPJ/MF nº 20.555.859/0001-74

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)**  
**Relatório da Administração:** Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a V.S.as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2019, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Durante o exercício de 2019, a Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A. concentrou seus esforços na manutenção do imóvel de sua propriedade e na administração da sua locação. **A Diretoria**

Balancos Patrimoniais			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido							
Ativo	Nota	2019	2018	Nota	Capital social Subscrito	A Integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
<b>Circulante</b>		<b>5.879</b>	<b>1.617</b>		<b>46.402</b>	<b>(2.554)</b>				<b>27.880</b>
Caixa e equivalente de caixa	4	390	27							29.215
Contas a receber	5	4.040	296				29.215			(29.215)
Adiantamento a fornecedores		403	129				(29.215)			(13.438)
Impostos a recuperar	6	1.046	1.165						(13.438)	27
<b>Não circulante</b>		<b>149.058</b>	<b>150.348</b>		<b>46.402</b>	<b>(2.554)</b>				<b>14.442</b>
Propriedade para investimentos	7	149.058	150.348							2.297
<b>Total do ativo</b>		<b>154.937</b>	<b>151.965</b>				2.297			(2.297)
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>										
<b>Circulante</b>		<b>54.135</b>	<b>39.568</b>							<b>5.681</b>
Fornecedores		17	9							(8.761)
Obrigações tributárias	8	160	77							(38.167)
Cédula de crédito imobiliário	9	9.283	6.449							
Outras contas a pagar		51	365							
Adiantamentos de clientes		108	9							
Ações preferenciais resgatáveis	10 e 16	43.223	32.572							
Partes relacionadas	16	1.293	87							
<b>Não circulante</b>		<b>95.121</b>	<b>97.955</b>							
Cédula de crédito imobiliário	9	93.363	96.198							
Imposto predial a pagar		1.758	1.757							
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>5.681</b>	<b>14.442</b>							
Capital social	11	43.848	43.848							
Prejuízos acumulados		(38.167)	(29.406)							
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>154.937</b>	<b>151.965</b>							

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto Operacional** – A Companhia foi constituída em 04/07/2014 sob a denominação de Real Estate XXI Investimentos Imobiliários e Participações S.A. Em 30/04/2015, a denominação foi alterada para Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A. A Companhia com sede em São Paulo-SP, tem como objeto social a participação em outras sociedades, a realização de investimentos no setor imobiliário e a administração de bens próprios. Os fundos Pátria Real Estate III Multiestratégia – Fundo de Investimento em Participações e BRE/Alpha Multiestratégia Fundo de Investimento em Participações Investimento no Exterior (“FIPs”) são seus acionistas, detendo 50% das ações cada um. A operação da Companhia consiste na locação e gestão de um edifício de escritórios corporativos, de sua propriedade, situado na Rua João Cabral M. Neto, nº 400, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Em 31/12/2019, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em R\$48.256 (R\$37.951 em 2018), representado substancialmente pelas obrigações de Cédulas de Crédito Imobiliário (“CCI”) junto a instituições financeiras (vide nota explicativa nº 9) e sobre o impacto das ações preferenciais que foram registradas como instrumentos financeiros (vide nota explicativa nº 10). O compromisso de pagamento do principal das cédulas de Crédito Imobiliário ocorrerá em 2021, com apenas o pagamento dos juros devidos durante este período de carência. A companhia apresenta geração de caixa suficientes para a manutenção das operações, e a Administração continuará com os esforços necessários para a locação das áreas vazias no empreendimento e na continuidade da operação.

**2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária e os pronunciamentos técnicos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 18/06/2020. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida útil das propriedades para investimento e de sua recuperabilidade nas operações e a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e propriedades para investimento. Os valores justos são baseados nos valores de mercado e no valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis** – As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Apuração do resultado do exercício:** A receita é calculada pelo valor justo da compensação recebida ou a receber por arrendamento operacional e venda de imóveis. A receita é reconhecida quando a Companhia e suas controladas transferem o controle dos bens ao cliente. As despesas são apresentadas seguindo o regime de competência. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** São depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **c) Ativos circulante e não circulante:** São registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. **d) Propriedades para investimento:** São registradas pelo método de custo com base no valor de aquisição, formação ou construção, deduzidas das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear à taxa que leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representem melhoria e aumento da capacidade ou de vida útil são capitalizados, enquanto os demais são registrados no resultado do exercício. A recuperação das propriedades para investimento por meio das operações futuras é acompanhada periodicamente. **e) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“impairment”). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. • Custo amortizado Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **f) Avaliação do valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar “impairment” ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **g) Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h) Ações preferenciais resgatáveis:** Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do

Demonstrações do Resultado			Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
	Nota	2019	2018	2019	2018
<b>Receita líquida</b>	<b>12</b>	<b>8.496</b>	<b>7.607</b>		
Custo dos serviços prestados	13	(1.053)	(967)		
Lucro bruto		7.443	6.640		
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(452)</b>	<b>(7.257)</b>			
Despesas administrativas	13	(1.436)	(8.786)		
Outras receitas operacionais, líquidas		994	1.529		
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>	<b>6.991</b>	<b>(617)</b>			
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(15.752)</b>	<b>(12.821)</b>			
Receitas financeiras	14	102	89		
Despesas financeiras	14	(15.854)	(12.909)		
Prejuízo do exercício		(8.761)	(13.438)		
Média ponderada das ações		46.374.019	43.848.008		
<b>Prejuízo do exercício por ação</b>	<b>(0,18892)</b>	<b>(0,30647)</b>			
<b>Demonstrações do Resultado Abrangente</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>			
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(8.761)</b>	<b>(13.438)</b>			
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(8.761)</b>	<b>(13.438)</b>			

acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio. A Companhia possui as Ações Preferenciais Resgatáveis de Classe A que são classificadas como passivos financeiros em virtude das características dessas ações, que determinam o pagamento de dividendos prioritários e cumulativos e resgate programado ou mandatório das ações a critério de seus titulares. As ações resgatáveis são mensuradas utilizando o método da taxa de juros efetivos. **ii) Imposto de renda e contribuição social:** No exercício findo em 31/12/2019, a Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social, são calculados nas alíquotas de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável (CSLL) e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CS limitada a 30% do lucro real, do exercício. **ii) Normas vigentes a partir de 01/01/2019 (IFRS/CPCs):** CPC 06 (R2)/IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (i) Reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (ii) Reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (iii) Reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. A Administração da Companhia conclui que não haverá impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

**4. Caixa e Equivalente de Caixa**  
 Operações compromissadas – Bradesco 249 9  
 Banco Itaú S.A. 141 18  
**390 27**

Em 31/12/2019 e de 2018, as operações compromissadas são efetuadas com vencimento em D+1 com taxas que variam entre 98% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

**5. Contas A Receber** – São representados por:  
 Contas a receber aluguéis 6.153 4.700  
 Provisão para crédito de liquidação duvidosa (2.113) (4.404)  
**4.040 296**

Os contratos vigentes de arrendamentos mercantis são atualizados anualmente pela variação da inflação, sendo que não existem cláusulas de recebimentos contingentes, pois as cláusulas não foram pactuadas considerando variáveis de vendas, índices futuros ou correlatos.

**6. Impostos a Recuperar** – São representados pelos valores a seguir relacionados:  
 IRPJ a compensar de anos anteriores 599 934  
 CSLL a compensar de anos anteriores 242 224  
 PIS a compensar 77 1  
 COFINS a compensar 125 3  
 IRRF a compensar 3 3  
**1.046 1.165**

**7. Propriedade para Investimento**  
 Taxa de depreciação a.a. Saldo inicial Depreciação Líquido  
 Terrenos – 72.818 – 72.818  
 Edificações 1% 77.530 (1.290) 76.240

**Total das propriedades para investimentos**  
 Taxa de depreciação a.a. Saldo inicial Depreciação Líquido  
 Terrenos – 70.724 2.094 – 72.818  
 Edificações 1% 78.928 (109) (1.290) 77.530

**Total das propriedades para investimentos**  
 149.652 1.985 (1.290) 150.348

Refere-se a imóvel situado na Rua João Cabral M. Neto, nº 400, município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Administração da Companhia avalia que o valor justo do imóvel em 2019 é de R\$177.070 (R\$173.020 em 2018). Esse valor foi calculado utilizando-se uma taxa de capitalização (“cap rate”) de 8,0% ao ano, uma taxa de desconto de 9,5% ao ano e um período de desconto igual ao prazo remanescente dos contratos de locação. A propriedade para investimento foi dada em garantia conforme Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis das Locações e de Seguros firmado com a Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização, referente à operação de securitização de créditos imobiliários, conforme a nota explicativa nº 9.

**8. Obrigações Tributárias**  
 PIS a recolher 28 11  
 IRRF sobre pessoa jurídica 1 1  
 PIS, COFINS e CSLL a recolher 4 3  
 IOF a recolher – 9  
 COFINS a recolher 127 53  
**160 77**

**9. Cédula de Crédito Imobiliário**  
 Cédula de Crédito Imobiliário 102.646 102.647  
 Circulante 9.283 6.449  
 Não circulante 93.363 96.198

**Cronograma de vencimento das Cédulas de Crédito Imobiliário:**  
 2019 – 6.449  
 2020 – 6.449  
 2021 9.275 6.449  
 2022 e posteriores 84.088 76.851  
**93.363 96.198**

A Administração efetuou operação de securitização de créditos imobiliários no montante de R\$112.000. O pagamento será realizado no prazo de 180 meses, com taxas de juros assim estruturada a partir de junho de 2018: a) junho de 2018 até janeiro de 2020 (inclusive), TR + 7,5% ao ano; b) fevereiro de 2020 até janeiro de 2023 (inclusive), TR + 8,7% ao ano; c) fevereiro 2023 até dezembro 2034, TR + 10,3% ao ano. Foi concedido um prazo de carência de pagamento do principal por 36 meses, sendo que a primeira parcela de amortização ocorrerá em junho 2021. O cronograma de amortizações foi alterado para refletir o pagamento mensal de principal e juros, bem como o alongamento do prazo final da operação até dezembro 2034. O total de despesas com juros e atualização monetária no exercício de 2019 foi de R\$7.425 (R\$9.398 em 2018), conforme nota explicativa nº 14. **10. Ações Preferenciais Resgatáveis** – Em setembro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, aumento de capital da Companhia de R\$1,00 (um real) mediante a emissão de ação preferencial sem direito a voto, nominativa e sem valor nominal com prioridade no recebimento de dividendos fixos, da mesma classe daquela prevista no Artigo 5º, parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia ao preço de emissão de respectivamente de R\$3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais). As ações preferenciais emitidas foram subscritas pelo acionista Pátria Real Estate III Multiestratégia – Fundo de Investimento e Participações, administrada pela Pátria Investimentos Ltda., já o acionista BRE/Alpha Multiestratégia – Fundo de Investimentos em Participações Investimentos do Exterior, administrada pela BRL Trust Investimentos Ltda., renuncia ao seu direito de preferência no aumento desse

Fluxos de caixa das atividades	2019	2018
Prejuízo do exercício	(8.761)	(13.438)
<b>Ajustes em:</b>		
Depreciação	1.290	967
Juros sobre cédula de crédito imobiliário (“CCI”)	7.425	9.398
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	8.353	3.357
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.053)	4.166
Baixa do valor residual da propriedade para investimento	–	109
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	(1.468)	(833)
Adiantamentos a fornecedores	(223)	(129)
Adiantamentos de despesas	–	365
Impostos a recuperar	119	1
Outros créditos	(274)	2
Fornecedores	8	(247)
Obrigações tributárias	83	59
Outras contas a pagar	(314)	1.835
Imposto predial a pagar	1	(1.885)
Adiantamentos de clientes	99	(49)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.285	3.698
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições de propriedades de investimento	–	(2.094)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	–	(2.094)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento – cédula de crédito imobiliário	(7.425)	(29.199)
Partes relacionadas	1.206	(1.670)
Emissão de ações preferenciais	2.297	29.215
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(3.922)	(1.654)
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>363</b>	<b>(50)</b>
Saldo no início do exercício	27	77
Saldo no fim do exercício	390	27
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>363</b>	<b>(50)</b>

aporte de capital da Companhia. Não há data prevista de resgate das ações, porém: (i) podem ser resgatadas a qualquer tempo a exclusivo critério de seu portador: (ii) automática após o pagamento da totalidade dos dividendos fixos. Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$1 (um real), e parte como reserva de capital no montante de R\$31.512. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total de emissão foi registrado como passivo circulante e atualizado a taxa de 25% ao ano, conforme estipulada em ATA da AGE. **11. Patrimônio Líquido – a) Capital social:** Em setembro de 2019 a Companhia aprovou a redução do capital social subscrito, por considerar o valor excessivo, considerando o cancelamento do valor de R\$2.554, mediante a não integralização de 2.554.000 ações ordinárias que estavam pendentes dos acionistas Pátria Real Estate III Multiestratégia – Fundo de Investimento e Participações e BRE/Alpha Multiestratégia – Fundo de Investimentos em Participações Investimentos do Exterior, sendo 1.277.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para cada acionista. Em 31/12/2019 o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$43.848 representado por 43.848.006 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 03 ações preferenciais, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal. **b) Reserva legal:** É constituída, quando aplicável, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Dividendos distribuídos:** O Estatuto Social prevê que, do resultado apurado em cada período social, ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, 1% será distribuído como dividendos mínimos obrigatórios. Nos exercícios findos em 31/12/2019 e de 2018 não houve distribuição de dividendos, tampouco constituição de reserva legal, visto que a Companhia apurou prejuízo no encerramento dos exercícios. **12. Receita Líquida** – Refere-se à locação de um edifício de sua propriedade. A realização é feita no prazo de vigência dos contratos de locação. As receitas são apresentadas da seguinte maneira:

	2019	2018
Receita de aluguel	11.494	10.479
Tributos sobre a receita	(1.093)	(912)
Descontos concedidos	(1.498)	(1.336)
Descontos incondicionais	(407)	(624)
<b>Receita líquida</b>	<b>8.496</b>	<b>7.607</b>

**13. Custos e Despesas Administrativas**  
 Depreciação (1.290) (1.289)  
 Crédito de PIS e COFINS sobre depreciação 237 322  
**(1.053) (967)**

Ocupação e utilidades (1.841) (2.359)  
 Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa 2.053 (4.166)  
 Consultoria e assessoria (636) (1.462)  
 Impostos e taxas (565) (498)  
 Publicidade (79) (10)  
 Contabilidade (142) (123)  
 Outros serviços (3) (3)  
 Advogados (138) (104)  
 Auditoria (63) (13)  
 Agente fiduciária (11) (19)  
 Outras despesas (7) (9)  
 Legais e judiciais (4) (19)  
**(1.436) (8.786)**

**14. Resultado Financeiro** – São representados por:  
 Variação monetária ativa 48 4  
 Juros recebidos 36 52  
 Outras receitas 18 32  
**102 88**

Despesas Financeiras:  
 Despesas bancárias (70) (65)  
 Juros sobre empréstimo e financiamento (“CCI”) (7.425) (9.398)  
 Juros sobre as ações preferenciais resgatáveis (8.353) (3.357)  
 Juros financeiros (6) (89)  
**(15.854) (12.909)**

**15. Imposto de Renda e Contribuição Social** – O regime tributário adotado pela Companhia em 2019 e 2018 foi pelo Lucro Real, onde, apresenta prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social na data do balanço. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento do ativo fiscal diferido está baseada na ausência de expectativa de realização futura.

**16. Partes Relacionadas** – São consideradas partes relacionadas as empresas integrantes do Grupo Pátria e da BRE Alpha, seus controladores, diretores, administradores e familiares. A Companhia apresenta saldo a pagar em 31/12/2019 de R\$44.516, sendo R\$1.293 com partes relacionadas caracterizadas por mútuos com as empresas Visconde Investimentos Imobiliários e Participações S.A., Américas Investimentos Imobiliários e Participações S.A. e São Bento Investimentos Imobiliários e Participações S.A., e R\$43.223 referente a emissão de ações preferenciais subscritas pelo acionista Pátria Real Estate III Multiestratégia – Fundo de Investimento em Participações, conforme mencionado na nota explicativa nº 10. Nos exercícios findos em 31/12/2019 e de 2018 não houve remuneração para a Administração. **17. Provisão para Riscos** – Atualmente a Companhia não tem conhecimento de ser parte (pelo passivo ou ativo) em nenhuma ação judicial, tributária, trabalhista e nenhum outro processo administrativo.

**18. Seguros** – A Companhia mantém seguros para responsabilidade civil e patrimonial. O resumo das apólices vigentes em 31/12/2019 é como segue:  
**Valor Vigência Vigência**  
**segurado início término**  
 Seguro Empresarial – Patrimonial 132.027 30/06/2018 30/06/2020  
 Seguro Terceiros – Responsabilidade Civil 30.000 30/06/2018 30/06/2020

**19. Evento Subsequente** – Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não temos conhecimento de quaisquer eventos subsequentes relevantes que, em nosso entendimento, requer divulgação.

**A Diretoria**  
**Erika Suzuki Adachi** – Contadora CRC 1SP 247.802/O-4

# Governo quer ‘Orçamento de guerra’ automático em caso de emergência

O governo planeja inserir na Constituição um dispositivo permanente para permitir uma flexibilização do Orçamento em casos de emergência fiscal. O mecanismo seria semelhante ao “Orçamento de guerra”, aplicado neste ano para permitir gastos de combate à pandemia do novo coronavírus.

A diferença, nesse caso, é que a ativação do mecanismo seria associada à disparada de uma série de gatilhos de corte de gastos públicos, como congelamento de salários de servidores e não realização de concursos públicos.

Neste ano, isso não foi feito. A ampliação dos gastos foi liberada, sem limitação de regras fiscais e também sem contrapartida de ajuste de despesas em outras áreas.

Segundo relatos, a negociação é para que o dispositivo seja inserido na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do pacto federativo, que tramita no Congresso

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)									
Relatório da Administração: Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2019 e 2018, acompanhadas do relatório do auditor independente. Durante o exercício de 2019, a São Bento Investimentos Imobiliários e Participações S.A. concentrou seus esforços no desenvolvimento e na manutenção do terreno de sua propriedade.									
Balancete Patrimonial				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
Ativo	Nota	2019	2018	Capital Social		Reserva	Reserva	Prejuízos	Total
Circulante		470	6.025	Subscrito	A integralizar	de capital	Legal	acumulados	
Caixa e equivalente de caixa	4	43	5.869	59.687	(975)	-	34	(59.766)	(1.020)
Contas a receber		302	-	-	-	76.191	-	-	76.191
Adiantamentos a fornecedores		97	133	-	-	(76.191)	-	-	(76.191)
Outros créditos		28	23	-	-	-	(34)	34	-
<b>Não circulante</b>		<b>140.176</b>	<b>165.050</b>	-	-	-	-	(12.189)	(12.189)
Tributos a recuperar	5	5.923	4.750	59.687	(975)	-	-	(71.921)	(13.209)
Partes relacionadas	15	1.143	-	-	-	5.937	-	-	5.937
Propriedade para investimento	6	133.100	160.300	-	-	(5.937)	-	-	(5.937)
Imobilizado		10	-	-	-	-	-	(58.316)	(58.316)
<b>Total do ativo</b>		<b>140.646</b>	<b>171.075</b>	<b>59.687</b>	<b>(975)</b>	-	-	<b>(130.237)</b>	<b>(71.525)</b>
Passivo e patrimônio líquido (negativo)	Nota	2019	2018	Demonstrações dos Fluxos de Caixa					
Circulante		121.376	91.487	Fluxos de caixa das atividades operacionais		2019	2018		
Fornecedores		11	10	Prejuízo líquido do exercício		(58.316)	(12.189)		
Obrigações tributárias	7	5	329	Ajustes em:					
Cédula de crédito imobiliário	8	8.955	6.221	Depreciação		1.688	1.695		
Outras contas a pagar		-	27	Pis e cofins sobre depreciação		(79)	(149)		
Ações preferenciais resgatáveis	9	112.405	84.900	Constituição (reversão) da provisão para redução ao valor recuperável "impairment"		25.514	(5.369)		
<b>Não circulante</b>		<b>90.793</b>	<b>92.797</b>	Juros sobre ações preferenciais resgatáveis		21.568	8.709		
Partes relacionadas		730	-	Juros sobre cédula de crédito imobiliário		7.158	11.262		
Cédula de crédito imobiliário	8	90.063	92.797	<b>Variações nos ativos e passivos operacionais:</b>		(302)	1.573		
<b>Patrimônio líquido (negativo)</b>		<b>(71.523)</b>	<b>(13.209)</b>	Contas a receber		36	(133)		
Capital social integralizado	10	58.712	58.712	Tributos a recuperar		(1.094)	(401)		
Prejuízos acumulados		(130.235)	(71.921)	Outros créditos		(5)	(22)		
<b>Total do passivo e patrimônio líquido (negativo)</b>		<b>140.646</b>	<b>171.075</b>	Fornecedores		1	(29)		
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>									
<b>1. Contexto Operacional</b> – A Companhia foi constituída em 04/07/2014 sob a denominação de Real Estate XX Investimentos Imobiliários e Participações S.A. Em 30/04/2015 alterou sua denominação para São Bento Investimentos Imobiliários e Participações S.A. A Companhia tem sede na cidade de São Paulo-SP, tem como objeto social a participação em outras sociedades, a realização de investimentos no setor imobiliário e a administração de bens próprios. Os fundos Pátria Real Estate III Multiestratégia – Fundo de Investimento em Participações e BRE/Alpha Multiestratégia Fundo de Investimento em Participações Investimento no Exterior ("FIPs") são seus acionistas, detendo 50% das ações cada um. A operação da Companhia consiste na locação e gestão de um edifício de escritórios corporativos, de sua propriedade, situado na Rua São Bento, nº 1, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Em decorrência da conjuntura econômica preponderantemente do Estado do Rio de Janeiro, as receitas de aluguel reconhecidas durante o exercício findo em 31/12/2019 não foram suficientes para gerar caixa para liquidar as obrigações de curto prazo. Em 31/12/2019, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo de R\$115.254 (R\$80.712 em 2018), representado substancialmente pelas obrigações de Cédulas de Crédito Imobiliário ("CCI") junto a instituições financeiras, as ações preferenciais resgatáveis, são de origem sobre aportes do sócio Pátria Real Estate III Multiestratégia – Fundo de Investimento em Participações e estão devidamente atualizadas com juros. Os FIPs, como acionistas majoritários da Companhia, se comprometeram, mediante assinatura de compromisso de subscrição de ações ("Boletim de subscrição"), a realizar aportes de capital, quando necessário, para atender as obrigações de manutenção da Companhia. <b>2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras</b> – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária e os pronunciamentos técnicos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 18/06/2020. <b>Uso de estimativas e julgamentos:</b> Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção da vida útil das propriedades para investimento e de sua recuperabilidade nas operações, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, a análise do risco de crédito para determinação da provisão de créditos de liquidação duvidosa e o valor justo das propriedades de investimento, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos. Os valores justos são baseados nos valores de mercado e no valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. <b>3. Resumo das Principais Práticas Contábeis</b> – As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. <b>a) Apuração do resultado do exercício:</b> A receita é calculada pelo valor justo da compensação recebida ou a receber por arrendamento operacional e venda de imóveis. A receita é reconhecida quando a Companhia e suas controladas transferem o controle dos bens ao cliente. As despesas são apresentadas seguindo o regime da competência. <b>b) Caixa e equivalente de caixa:</b> Disponibilidades (que compreendem o caixa e as contas correntes de bancos), aplicações de curto prazo (igual ou inferior a 90 dias), com alta liquidez e com risco de mudança de valor insignificante. <b>c) Propriedade para investimento:</b> São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis. As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos da transação, deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a expectativa de vida útil das propriedades. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 6. Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado. Anualmente, a Companhia revisa a vida útil e o valor residual das suas propriedades para investimento. <b>d) Ativos circulante e não circulante:</b> São registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessária, é constituída no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos. <b>e) Instrumentos financeiros:</b> A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. • Custo amortizado: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). <b>f) Avaliação do valor recuperável de ativos:</b> A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar "impairment" ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. <b>g) Passivos circulante e não circulantes:</b> São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco									

# Bolsas da Europa fecham na maioria em baixa, após Trump vetar novo pacote fiscal

As bolsas da Europa fecharam na maioria em baixa, seguindo a tensão global disparada nos mercados acionários pelos tuitos do presidente americano, Donald Trump, que ordenou na tarde de ontem a suspensão das negociações com os democratas por um novo pacote de estímulos à economia antes das eleições. O setor de petróleo foi responsável por algumas das principais baixas, mas alguns áreas tiveram alta e propiciaram que Frankfurt e Milão terminassem com ganhos. O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em baixa de 0,12%, a 365,45 pontos. Como os mercados europeus já estavam fechados após a série de tuitos de Trump, o reflexo apareceu nesta manhã. "Esses tuitos parecem ter interrompido o movimento de propensão ao risco", observa o holandês Rabobank, em relatório a clientes.

"Os mercados têm lutado para encontrar uma direção clara nas últimas semanas devido à falta de catalisadores positivos e ao aumento do número de incertezas que afetam o humor", avalia o analista de mercados da australiana AxiCorp, Milan Cutkovic. "A volatilidade só vai aumentar antes das eleições nos EUA e o rali está com pernas trêmulas".

Com menor apetite por risco e perspectivas de menos apoio à economia, o petróleo caiu próximo a 3% em Londres e Nova York, interrompendo a retomada na semana, que havia impulsionado ações do setor até aqui. Em Londres, a BP fechou em baixa de 2,04%, e a Royal Dutch Shell teve queda de 1,33%. Em Paris, a Total recuou 1,19%. O FTSE 100 em Londres fechou em baixa de 0,06%, a 5.946,25 pontos. Já o CAC em Paris fechou em baixa de 0,27%, a 4.882,00 pontos.

## Real Estate XXV Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.701.243/0001-80

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se indicado de outra forma)					
Relatório da Administração: Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2019, acompanhadas do relatório do auditor independente. Durante o exercício de 2019, a Real Estate XXV Investimentos Imobiliários e Participações S.A. concentrou seus esforços no desenvolvimento e na manutenção do terreno de sua propriedade. <b>A Diretoria</b>					
Balço Patrimonial		Demonstração do Resultado		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	
Ativo	Nota	2019	Nota	2019	Capital social A inte- Prejuízos
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	8	(148)	1
<b>Total do ativo</b>		1		(148)	1
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	5	49			49
Obrigações tributárias	6	7			7
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	7	93			93
Prejuízo do exercício	7	(148)			(148)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		1			1
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>					
<b>1. Contexto Operacional</b> – A Real Estate XXV Investimentos Imobiliários e Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 24/09/2018, mas suas operações começaram efetivamente no ano de 2019. No exercício de 2018 não houve movimentação, apenas o capital social a integralizar. A Companhia com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 1.267, Piso 2, Sala 6, Caixa A155, Pinheiros, CEP 05416-011. O fundo Pátria Real Estate III Multiestratégia – Fundo de Investimento em Participações é o seu maior acionista, detendo 99,99% das ações. A operação da Companhia consiste em desenvolver empreendimentos imobiliários. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, depende de recursos dos controladores para a manutenção das suas atividades, até que o imóvel esteja em condições para locação, gerando assim suas receitas. Ainda não existe previsão de conclusão. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. <b>2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras</b> – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária e os pronunciamentos técnicos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Como a Companhia foi constituída em 24/09/2018, e o início de suas operações ocorreram durante o exercício findo em 31/12/2019, as demonstrações financeiras apresentadas não possuem informações comparativas relativas ao exercício de 2018, assim como as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa apresentam efetiva movimentação compreendida entre o período de 20/08/2019 e 31/12/2019. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 25/08/2020. <b>Uso de estimativas e julgamentos:</b> Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção da vida útil das propriedades para investimento e de sua recuperabilidade nas operações, e a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, a análise do risco de crédito para determinação da provisão de créditos de liquidação duvidosa e o valor justo das propriedades de investimento, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos. Os valores justos são baseados nos valores de mercado e no valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. <b>3. Resumo das Principais Práticas Contábeis</b> – As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. <b>a) Apuração do resultado do exercício:</b> A receita é calculada pelo valor justo da compensação recebida ou a receber por arrendamento operacional e venda de imóveis. A receita é reconhecida quando a Companhia e suas controladas transferem o controle dos bens ao cliente. As despesas são apresentadas seguindo o regime da competência. <b>b) Caixa e equivalente de caixa:</b> Disponibilidades (que compreendem o caixa e as contas					
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas					
Prejuízo do exercício					
Média ponderada de ações					
Prejuízo por ação – R\$					
<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>					
<b>Prejuízo do exercício</b>					
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>					
correntes de bancos), aplicações de curto prazo (igual ou inferior a 90 dias), com alta liquidez e com risco de mudança de valor insignificante. <b>c) Ativos circulante e não circulante:</b> São depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. <b>d) Instrumentos financeiros:</b> A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. • Custo amortizado Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). <b>e) Avaliação do valor recuperável de ativos:</b> A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar "impairment" ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. <b>f) Passivos circulante e não circulantes:</b> São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificadas efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tanto como base as melhores estimativas do risco envolvido. <b>g) Imposto de renda e contribuição social:</b> No exercício findo em 31/12/2019, a Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro real. O imposto de renda e a CSLL, são calculados nas alíquotas de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável (CSLL) e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CS limitada a 30% do lucro real, do exercício. <b>h) Normas vigentes a partir de 01/01/2019 (CPCs):</b> CPC 06 (R2) – "Operações de Arrendamento Mercantil": A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: • Reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais. • Reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente. • Reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. A Administração da Companhia concluiu que não há impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. <b>4. Caixa e Equivalente de Caixa</b>					
Banco Itaú S.A.					
Banco Itaú S.A. – Aplicação Itaú					
As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por Certifi-					
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b>					
<b>Saldos em 31/12/2018</b>					
Aumento de Capital subscrito 5 10.000 (10.000) – –					
Integralização de capital 5 – 92 – 92					
Prejuízo do exercício – – (148) (148)					
<b>Saldos em 31/12/2019</b>					
<b>10.001 (9.908) (148) (55)</b>					
<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa</b>					
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Prejuízo do exercício (148)					
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Adiantamento a fornecedores –					
Fornecedores 49					
Obrigações tributárias 7					
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais (92)					
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Aumento de Capital 92					
Integralização de capital 92					
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento 92					
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>					
No início do exercício 1					
No fim do exercício 1					
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>					
2019					
Fornecedores 49					
2019					
PIS, COFINS e CSLL a recolher 5					
IRRF s/ pessoa jurídica 2					
7					
<b>7. Patrimônio Líquido</b> – Capital social: Em 09/10/2019 foi aprovado um aumento de capital de R\$ 10.000. Em 31/12/2019, o capital social subscrito é de R\$ 10.000. O total de ações é representado por 10.050 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que no período de 2019 foram integralizadas o montante de R\$ 93 e o valor a integralizar é de R\$ 9.907. <b>Reserva legal:</b> É constituída, quando aplicável, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. <b>Dividendos:</b> O Estatuto Social prevê que, do resultado apurado em cada exercício social, ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, 1% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório. A Companhia não apurou lucro no exercício findo em 31/12/2019. <b>8. Despesas Gerais e Administrativas</b>					
Assessoria (4)					
Consultoria (80)					
Advocacia (64)					
2019					
9. Provisão para Riscos – Em 31/12/2019 a Companhia não tem conhecimento de ser parte (polo passivo ou ativo) em nenhuma ação judicial, tributária, trabalhista e nenhum outro processo. <b>10. Seguros</b> – A Companhia não possui contratos de seguros em 31/12/2019 por não possuir edificações. <b>11. Eventos Subsequentes – Impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia:</b> Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS. A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos em seus negócios e tem trabalhado com a implementação de planos de contingências para manter a continuidade das atividades operacionais em uma situação de normalidade. Na data de emissão destas informações financeiras intermediárias não é possível mensurar os riscos que possam surgir e consequentemente resultar em eventuais perdas que essa pandemia poderá gerar sobre as estimativas ou negócios da Companhia. <b>A Diretoria</b>					
<b>Erika Suzuki Adachi – Contadora CRC 1SP 247.802/O-4</b>					

## DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,6012 / R\$ 5,6018 \*\*

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,621 / R\$ 5,623 \*

Turismo - R\$ 5,60 /

R\$ 5,77

(\*) cotação média do mercado

(\*\*) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: 0,44%

OURO BM&amp;F

R\$ 336,428

BOLSAS

Bovespa (Ibovespa)

Variação: -0,09%

Pontos: 95.526

Volume financeiro:

R\$ 25,341 bilhões

Maiores altas: Gerdau PN

(3,23%), Gerdau Meta-

lúrgica PN (3,19%), Vale

ON (2,64%)

Maiores baixas: IRB

Brasil ON (-10,18%),

CVC Brasil ON (-5,76%),

Cielo ON (-5,13%)

S&amp;P 500 (Nova York):

1,74%

Dow Jones (Nova York):

1,91%

Nasdaq (Nova York):

1,88%

CAC 40 (Paris): -0,27%

Dax 30 (Frankfurt):

0,17%

Financial 100 (Londres):

-0,06%

Nikkei 225 (Tóquio):

-0,05%

Hang Seng (Hong Kong):

1,09%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,20%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -0,10%

Merval (Buenos Aires):

0,68%

IPC (México): 1,27%

ÍNDICES DE

INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Julho 2020: 0,36%

Agosto 2020: 0,24%

## Bresco Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 13.944.481/0001-35 – NIRE 35.300.395.603

## Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2020

**Data, Hora e Local:** realizada no dia 30/04/2020, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Hungria, nº 620, 4º andar, conjunto 42, parte, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estarem presentes à Assembleia os acionistas representando a totalidade do capital social e votante da Companhia, conforme se verifica das assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Carlos Eduardo Poli Sisti – Presidente; Camilla Osborn Gomes Nogueira Frussa – Secretária. **4. Ordem do Dia: (i)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019; (ii) deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social findo em 31/12/2019; e (iii) eleger os membros da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas ou restrições, o quanto segue: **5.1.** Aprovar o relatório anual da administração, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019, acompanhados do parecer do auditor independente da Companhia, devidamente publicados nos jornais Data Mercantil e DOF-SP, ambos nas edições de 25/04/2020. **5.2.** Aprovar a destinação do lucro apurado no exercício encerrado em 31/12/2019, no valor de R\$ 7.997.328,07, conforme demonstrações financeiras apresentadas, para as contas adiante mencionadas, na seguinte proporção: (i) R\$ 399.866,40 são neste ato destinados à reserva legal da Companhia; e (ii) R\$ 7.597.461,67 são neste ato destinados à reserva de lucros da Companhia. **5.3.** Aprovar a reeleição do Sr. Carlos Javier Betancourt, RG nº 4.374.707 SSP/SP e CPF/ME nº 037.172.748-05, para o cargo de Diretor Presidente; do Sr. Rafael Schramm da Fonseca, RG nº 27.874.700-0 SSP/SP e CPF/ME nº 274.119.678-82 para o cargo de Diretor Financeiro; da Sra. Camilla Osborn Gomes Nogueira Frussa, RG nº 25.067.960-7 SSP/SP e CPF/ME nº 170.842.688-47, para o cargo de Diretora Jurídica; do Sr. Carlos Eduardo Poli Sisti, RG nº 9.105.459 SSP/SP e CPF/ME nº 074.803.848-58, para o cargo de Diretor de Operações; e do Sr. Fernando dos Santos Pereira, RG 24.661.908-9 SSP/SP e CPF/ME nº 253.138.808-70, para o cargo de Diretor de Engenharia, com mandato até a assembleia que examinar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020. **5.4.** Os diretores eleitos declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos de laudo, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incurso em quaisquer crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei das S.A. As declarações de desimpedimento assinadas pelos diretores eleitos ficaram arquivadas na sede da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida e por todos assinada. São Paulo, 30/04/2020. Assinaturas: Mesa: Carlos Eduardo Poli Sisti – Presidente; Camilla Osborn Gomes Nogueira Frussa – Secretária. Acionistas: Bresco Logística Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação de Bresco – Fundo de Investimento Imobiliário), representado por seu gestor Bresco Gestão e Consultoria Ltda. – p. Rafael Schramm da Fonseca e Carlos Eduardo Poli Sisti, Carlos Javier Betancourt. Diretores: Carlos Javier Betancourt, Rafael Schramm da Fonseca, Camilla Osborn Gomes Nogueira Frussa, Carlos Eduardo Poli Sisti e Fernando dos Santos Pereira. JUCESP – Certificado o registro sob o nº 401.737/20-2, 28/09/2020. Gisela Siemiema Ceschin – Secretária Geral.

## Bresco Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 13.944.481/0001-35 – NIRE 35.300.395.603

## Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de agosto de 2020

**Data, Hora e Local:** Aos 13/08/2020, às 10h00min na sede social da Companhia, na Rua Hungria, 620, 4º andar, conjunto 42, parte, São Paulo-SP. **Convocação:** Fica dispensada a convocação da AGE em atenção ao disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."). **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do livro de presença dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Carlos Eduardo Poli Sisti; Secretária: Camilla Osborn Gomes Nogueira Frussa. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a outorga de garantia pela Companhia em favor da Bresco VIII Empreendimentos Imobiliários Ltda. inscrita no CNPJ/ME sob o nº 33.762.351/0001-50 ("Bresco VIII") no âmbito da transação de aquisição dos imóveis objeto das matrículas nºs 17.486, 40.454, 67.573, 71.772, 82.458, 82.950, 87.093, 87.754, 138.427, 143.828 e 189.884, todas do 18º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo – Capital ("Imóveis" e "Transação"), conforme § único do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Após exame e discussão, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, em observância ao § único do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, autorizar a outorga de garantia em favor da Bresco VIII, no âmbito da transação de aquisição dos Imóveis, conforme termos e condições previstos no Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóvel e Escritura Pública de Novação e Confissão de Dívida e Outras Avenças, pelos quais Companhia se obrigou, em caráter irrevogável e irretratável, como garantidora e devedora solidária das obrigações assumidas pela Bresco VIII na Transação. Os administradores da Companhia ficam autorizados a praticar todos os atos para tanto necessários. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida, e por todos assinada. São Paulo, 13/08/2020. Assinaturas: Mesa: Carlos Eduardo Poli Sisti – Presidente; Camilla Osborn Gomes Nogueira Frussa – Secretária. Acionistas: Bresco Growth Fundo de Investimento Imobiliário, representado por seu administrador Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; Carlos Javier Betancourt. JUCESP – Certificado o registro sob o nº 400.773/20-0, 28/09/2020. Gisela Siemiema Ceschin – Secretária Geral.

## Distribuidora e Importadora Irmãos Avelino S.A.

CNPJ/MF nº 02.814.340/0001-81 – NIRE 35.300.492.366

## Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de julho de 2020

**Data, Hora e Local:** 01/07/2020, às 10h00, na sede social da Companhia, na Avenida Marginal do Ribeirão, 4633, Parque Jandaia, Carapicuíba-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, por estarem presentes acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Antonio Celso Dias Avelino – Presidente; Sr. Daniel Gonçalves Teixeira – Secretário. **Deliberações Tomadas por Unanimidade de Votos:** Os acionistas presentes deliberaram, sem quaisquer ressalvas ou restrições: **1.** Preliminarmente, aprovar a lavratura da presente ata em forma de sumário, conforme artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. **2.** O Diretor Antonio Celso Dias Avelino declara que alterou o seu endereço residencial passando da Rua Rua Berlio, 715, Alto de Pinheiros, São Paulo, SP para Rua Frederic Chopin, nº 226, apto. 101, Jardim Paulistano, São Paulo, SP. **3.** Aprovação da proposta de incorporação, pela Distribuidora e Importadora Irmãos Avelino S.A. ("Companhia"), da sociedade empresária limitada Mariusso Comércio de Alimentos e Representação Comercial Ltda., situada na cidade de Paulínia-SP, na Rua Joaquim Aricó, 275, Centro Empresarial Nossa Senhora de Fátima, Bairro Betel, CNPJ/MF nº 67.467.431/0001-33 e NIRE 35.210.672.799 ("Mariusso"). **4.** Aprovar, sem reservas, os termos e condições do "Instrumento de Justificação e Protocolo de Incorporação da Distribuidora e Importadora e Representação Comercial Ltda. pela Distribuidora e Importadora Irmãos Avelino S.A.", celebrado em 30/06/2020 pelos administradores da Companhia e da Mariusso, que passa a fazer parte integrante desta ata como seu Anexo I ("Protocolo"). **5.** Ratificar a contratação da empresa especializada Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S, estabelecida pelo sócio Fábio Rodrigo Muralto, RG nº 23.301.475-5, CPF/MF nº 181.657.668-99 e no CRC-SP nº 1SP-212.827/0-0, que realizou a avaliação do patrimônio líquido contábil da Mariusso, para fins de sua incorporação pela Companhia, tudo conforme o Protocolo. **6.** Aprovar o Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da Mariusso para efeito de sua incorporação pela Companhia, preparado com base nos valores contábeis apurados no balanço patrimonial da Mariusso levantado em 30/06/2020 especialmente para fins desta incorporação ("Balanço-Base"), que integrou o Protocolo como seu Anexo II ("Laudo de Avaliação"). **7.** Aprovar a incorporação da Mariusso pela Companhia, nos termos do Protocolo, e a consequente extinção da Mariusso, mediante a versão à Companhia do patrimônio da Mariusso apurado nos termos do Balanço-Base e confirmado pelo Laudo de Avaliação. **8.** Em razão da incorporação os endereços de sede e filial da incorporada Mariusso passam a ser os endereços das filiais da Incorporadora. São eles: **1)** Rua Joaquim Aricó, nº 275, Paulínia-SP e **2)** Rua Samuel Heusi, nº 463, Sala 411, Box 382, Itajaí-SC. Sendo assim, o Artigo 3º passa a ter a seguinte redação: **Artigo 3º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de Carapicuíba-SP, na Avenida Marginal do Ribeirão, 4633, Parque Jandaia. § 1º – A critério da Diretoria, a Companhia poderá abrir e extinguir filiais ou quaisquer outros estabelecimentos no país ou no exterior. § 2º – A Companhia possui as seguintes filiais: **Filial 1:** Rua Samuel Heusi, 463, Sala 411, Box 182, Itajaí-SC, CNPJ/MF nº 02.814.340/0004-24 e NIRE 429.010.857.79. **Filial 2:** Rua Joaquim Aricó, nº 275, Paulínia-SP. **Filial 3:** Rua Samuel Heusi, nº 463, Sala 411, Box 382, Itajaí-SC. **9.** A incorporação não gera aumento de capital para a Companhia e consequentemente não haverá emissão de novas ações, em razão da Companhia, ora Incorporadora, ser a única titular da totalidade do capital da Incorporada Mariusso. Sendo assim, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia permanece com a seguinte redação: **"Artigo 5º – O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, é de R\$ 10.094.401,96, dividido em 10.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. § único. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais."** **10.** Fazer constar que a Companhia absorverá e registrará as variações patrimoniais da Mariusso eventualmente ocorridas entre 30/06/2020 e a presente data e sucederá a Mariusso em todos os seus direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito, sem solução de continuidade. **11.** Em razão da incorporação ora aprovada, autorizar os Diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação da operação e absorção do patrimônio líquido da Mariusso pela Companhia, promovendo todos os registros e averbações necessários nos órgãos e repartições competentes, nos termos e para os fins da legislação aplicável. **12.** A Companhia Incorporadora sucede a Incorporada em todos os direitos e obrigações, assumindo o ativo e passivo e a transferência da(s) filia(is), passando o saldo das quotas credoras e devedoras que constituem os ativos e passivo da empresa Incorporada para os livros contábeis da Incorporadora, com as mesmas denominações, fazendo-se as necessárias adaptações. **13.** Em virtude da Incorporação extinguem-se de pleno direito a sociedade Incorporada, sucedida em todos os direitos e obrigações pela Incorporadora, que se incumbirá do cumprimento de todas as formalidades legais complementares à Incorporação. **14.** Tendo em vista a Incorporação consolidada-se o estatuto social, conforme Anexo III. **Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo prazo necessário à lavratura da presente ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Carapicuíba, 01/07/2020. **Mesa:** Antonio Celso Dias Avelino – Presidente; Daniel Gonçalves Teixeira – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 359.955/20-4 e NIRE nº 35.906.085.909 em 10/09/2020. Gisela Siemiema Ceschin – Secretária Geral.

Confira no nosso site as principais notícias do dia:  
www.datamercantil.com.br

# Publicidade Legal

## Nova Itatiaia Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 17.771.454/0001-69

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se indicado de outra forma)						
Relatório da Administração: Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do relatório do auditor independente. Durante o exercício de 2019, a Nova Itatiaia Investimentos Imobiliários e Participações S.A. concentrou seus esforços na manutenção do terreno de sua propriedade.						
Balancos Patrimoniais		Demonstrações do Resultado		Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Ativo	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>		4	8	7	(225)	(122)
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	8			
Adiantamento a fornecedores		–	2			
<b>Não circulante</b>		13.187	13.184		(3)	30
Propriedades para investimento	5	13.187	13.184		(228)	(92)
<b>Total do ativo</b>		13.191	13.192		14.252.050	14.030.050
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					(0,015998)	(0,006557)
<b>Circulante</b>		5	–			
Fornecedores		3	–			
Obrigações tributárias		2	–			
<b>Patrimônio líquido</b>		13.186	13.192			
Capital social integralizado	6	14.252	14.030			
Prejuízos acumulados		(1.066)	(838)			
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		13.191	13.192			

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto Operacional** – A Nova Itatiaia Investimentos Imobiliários e Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 11/01/2013 sob a denominação de Real Estate XIV Investimentos Imobiliários e Participações S.A., tendo a sua razão social alterada em 02/09/2013 para a atual. A Companhia, com sede na cidade de São Paulo-SP, tem como objeto social a participação em outras sociedades; a realização de investimentos no setor imobiliário e a administração de bens próprios. O fundo Pátria Real Estate II – Fundo de Investimento em Participações é o seu maior acionista, detendo 99,99% das ações. A operação da Companhia consiste em desenvolver empreendimentos imobiliários. No exercício de 2019 a Administração concentrou seus esforços na manutenção do terreno de sua propriedade. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, depende de recursos dos controladores para a manutenção das suas atividades, até que o imóvel esteja em condições para locação, gerando assim suas receitas. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto.

**2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária e os pronunciamentos técnicos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 06/05/2020. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida útil das propriedades para investimento e de sua recuperabilidade nas operações, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e propriedades para investimento. Os valores justos são baseados nos valores de mercado e no valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

**3. Resumo das Principais Práticas Contábeis** – As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Apuração do resultado do exercício:** A receita é calculada pelo valor justo da compensação recebida ou a receber por arrendamento operacional e venda de imóveis. A receita é reconhecida quando a Companhia e suas controladas transferem o controle dos bens ao cliente. As despesas são apresentadas seguindo o regime da competência. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** São depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou

Demonstrações do Resultado Abrangente			
	2019	2018	
<b>Prejuízo do exercício</b>	(228)	(92)	
Outros resultados abrangentes	–	–	
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	(228)	(92)	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Capital social	A inte-	Prejuízos	
	Subscrito	gralizar	acumulados	
	Total		Total	
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	15.000	(1.174)	(746)	13.080
Integralização de capital	–	204	–	204
Prejuízo do exercício	–	–	(92)	(92)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	15.000	(970)	(838)	13.192
Integralização de capital	–	222	–	222
Prejuízo do exercício	–	–	(228)	(228)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	15.000	(748)	(1.066)	13.186

menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **c) Ativos circulante e não circulante:** São registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. **d) Propriedades para investimento:** São registradas pelo método de custo com base no valor de aquisição, formação ou construção, deduzidas das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear à taxa que leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representem melhoria e aumento da capacidade ou de vida útil são capitalizados, enquanto os demais são registrados no resultado do exercício. A recuperação das propriedades para investimento por meio das operações futuras é acompanhada periodicamente. **e) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. • **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“impairment”). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. • **Custo amortizado:** Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **f) Avaliação do valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar “impairment” ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **g) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados pelo lucro real com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	2019	2018	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	(228)	(92)	
Prejuízo do exercício	–	–	
<b>Variáveis nos ativos e passivos operacionais:</b>			
Tributos a recuperar	–	2	
Adiantamento a fornecedores	2	(2)	
Fornecedores	3	(42)	
Obrigações tributárias	2	(1)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(221)	(135)	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	(3)	(64)	
Aquisições de bens para propriedades para investimento	(3)	(64)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3)	(64)	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	222	204	
Integralização de capital	222	204	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	222	204	
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	(2)	5	
No início do exercício	6	1	
No fim do exercício	4	6	
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	(2)	5	

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa** – Compostos por conta corrente no Banco Itaú S.A. com saldo de R\$4 em 2019 (R\$6 em 2018).

5. Propriedades para Investimento					
	2019		2018		
	Saldo inicial	Adi- cões	Saldo Final	Saldo inicial	Adi- cões
Terreno	12.358	–	12.358	12.358	–
Obras em andamento	826	3	829	762	64
<b>Total</b>	<b>13.184</b>	<b>3</b>	<b>13.187</b>	<b>13.120</b>	<b>64</b>

Referem-se ao terreno situado na cidade de Itatiaia-RJ. O valor do imóvel está acrescido dos custos de taxas e emolumentos necessários à sua aquisição. O Pátria Investimentos Ltda., como investidor imobiliário e gestor do fundo Pátria Real Estate II – Fundo de Investimento em Participações, avalia que o valor justo do terreno é R\$ 34.900 (R\$40.290 em 2018). O valor justo foi calculado utilizando-se o valor de R\$60,17/m<sup>2</sup> de terreno, consistente com parâmetros de mercado. **6. Patrimônio Líquido – Capital social:** Em 31/12/2019 o capital social subscrito é R\$ 15.000, representado por 15.000 de ações ordinárias, o capital social a integralizar é de R\$ 748. Durante o exercício de 2019, os acionistas integralizaram capital no montante de R\$ 222. **Reserva legal:** É constituída, quando aplicável, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Dividendos:** O Estatuto Social prevê que, do resultado apurado em cada exercício social, ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, 1% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório. A Companhia não apurou lucro nos exercícios findos em 31/12/2019 e de 2018.

7. Despesas Gerais e Administrativas		
	2019	2018
Serviços de contabilidade	(38)	(22)
Propaganda e publicidade	–	(30)
Advogados	(48)	(12)
Consultoria e Assessoria	(56)	–
Auditoria	(39)	(12)
Outras despesas	(44)	(46)
<b>Total</b>	<b>(225)</b>	<b>(122)</b>

**8. Imposto de Renda e Contribuição Social** – A Companhia apresenta prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social nas datas dos balanços. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento do ativo fiscal diferido está baseada na ausência de expectativa de geração de lucro tributável futuro. **9. Partes Relacionadas** – São consideradas partes relacionadas as Empresas do Grupo Pátria, seus controladores, diretores, administradores e familiares. Nos exercícios findos em 31/12/2019 e de 2018 não há saldos com parte relacionadas e não houve remuneração para a Administração. **10. Provisão Para Riscos** – Atualmente a Companhia não tem conhecimento de ser parte (polo passivo) em nenhuma ação judicial, tributária, trabalhista e nenhum outro processo administrativo. **11. Seguros** – A Companhia não possui contratos de seguros em 31/12/2019 por não possuir edificações. **12. Eventos Subsequentes** – Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não temos conhecimento de quaisquer eventos subsequentes relevantes que, em nosso entendimento, requer divulgação.

**A Diretoria**  
Erika Suzuki Adachi – Contadora CRC 1SP 247.802/O-4

### NIKE Brasil Marketing e Licenciamento Esportivo Ltda.

CNPJ/ME nº 36.226.675/0001-09 – NIRE 35.235.850.691

#### Instrumento Particular de 3ª Alteração do Contrato Social para aumento do Capital Social de R\$ 1.000,00 para R\$ 98.108.789,00 e de Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular: **1. NIKE Galaxy Holding B.V.**, inscrita no CNPJ sob nº 09.466.742/0001-81, neste ato representada por sua procuradora, Sra. **Marina Zachello Rechchmuzzi**, RG nº 28.239.001-7 SSP/SP e CPF nº 339.559.318-54; e **2. NIKE Group Holding B.V.**, inscrita no CNPJ sob nº 09.197.365/0001-22, neste ato representada por sua procuradora, Sra. **Marina Zachello Rechchmuzzi**, acima qualificada, únicas sócias da sociedade empresária limitada, NIKE Brasil Marketing e Licenciamento Esportivo Ltda., com sede na Rua Werner Von Siemens, 111, Edifício 1, 1º andar, sala 3, São Paulo-SP, com Contrato Social arquivado na JUCESP sob o NIRE 35.235.850.691, em sessão de 22/01/2020, e última alteração arquivada na mesma Repartição sob o nº 226.272/20-5, em sessão de 30/06/2020 (“Sociedade”), em decorrência das deliberações tomadas na Reunião das Sócias realizada nesta data, cuja ata será arquivada na JUCESP em ato separado, concomitantemente com o presente, têm entre si justo e contratado o seguinte: **1. Alteração do Contrato Social. 1.1. Aumento do Capital Social.** Em decorrência da cisão parcial da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda., com sede na Rua Werner Von Siemens, 111, Prédio 1, 1º e 2º pavimentos, São Paulo-SP, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.212.627.367 e no CNPJ/ME nº 59.546.515/0001-34, fica aumentado o capital social, atualmente de R\$ 1.000,00, totalmente integralizado, para R\$ 98.108.789,00, um aumento de R\$ 98.107.789,00, representado por 98.107.789 novas quotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, as quais são totalmente subscritas, com a expressa anuência da sócia NIKE Group Holding B.V., pela sócia desta Sociedade e da sociedade parcialmente cindida, a sócia NIKE Galaxy Holding B.V., e integralizadas mediante versão à Sociedade da correspondente parcela do acervo líquido cindido da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda. **1.2. Mudança do Texto do Contrato Social.** Em virtude da deliberação acima, fica alterado o Artigo 5º do Contrato Social, que passa a vigorar com a redação prevista no texto do Contrato Social abaixo consolidado. **2. Consolidação do Texto do Contrato Social.** Em virtude da alteração acima, as sócias decidem consolidar o Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: “**Contrato Social. Capítulo I – Denominação, Lei Aplicável, Sede, Foro e Prazo de Duração. Artigo 1º.** A sociedade empresária limitada opera sob a denominação de NIKE Brasil Marketing e Licenciamento Esportivo Ltda., e rege-se pelo presente Contrato Social e pelas disposições legais aplicáveis às sociedades limitadas e, supletivamente, pela Lei das S.A.. **Artigo 2º.** A Sociedade tem sede e foro jurídico em São Paulo-SP, na Rua Werner Von Siemens, 111, Edifício 1, 1º andar, sala 3. **§ 1º.** A Sociedade possui filial em Novo Hamburgo-RS, na Avenida Nações Unidas, nº 2620, Pátria Nova, a qual operará com as atividades de: (i) prestação de serviços de suporte técnico e de consultoria a terceiros, relacionados à produção e à comercialização de produtos de moda esportiva ou informal; (ii) prestação de serviços de licenciamento ou sublicenciamento de direitos de propriedade intelectual, inclusive os obtidos de outras empresas, clubes e confederações oficiais, no Brasil ou no exterior; e (iii) desenvolvimento e design de produtos de moda esportiva ou informal. Filial filial irá suceder as operações atualmente desenvolvidas pelo estabelecimento filial da sociedade Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda., CNPJ sob o nº 59.546.515/0003-04 e na Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul sob o nº 086/0336050, por meio da cisão parcial da sociedade Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda., sendo certo que a Sociedade não operará a filial antes da referida cisão parcial. **§ 2º.** A Sociedade poderá, por deliberação das sócias, abrir, transferir ou encerrar filiais no Brasil ou no exterior. **Artigo 3º.** A Sociedade tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II – Objeto Social. Artigo 4º.** A Sociedade tem por objeto: (i) a prestação de serviços de marketing esportivo; (ii) a prestação de serviços de suporte técnico e de consultoria a terceiros, relacionados à produção e à comercialização de produtos de moda esportiva ou informal; (iii) a prestação de serviços de licenciamento ou sublicenciamento de direitos de propriedade intelectual, inclusive os obtidos de outras empresas, clubes e confederações oficiais, no Brasil ou no exterior; (iv) o desenvolvimento e design de produtos de moda esportiva ou informal; e (v) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. **Capítulo III – Capital Social. Artigo 5º.** O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional e bens, é de R\$ 98.108.789,00, dividido em 98.108.789 quotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre as sócias:

Sócias	Nº de Quotas Detidas	Valor em Reais (R\$)
NIKE Galaxy Holding B.V.	98.108.788	98.108.788,00
NIKE Group Holding B.V.	1	1,00
<b>Total</b>	<b>98.108.789</b>	<b>98.108.789,00</b>

**§ Único.** A responsabilidade de cada sócia é, na forma da lei, restrita ao valor de suas quotas, mas ambas respondem solidariamente pela integralização do capital social. **Artigo 6º.** As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada quota confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações das sócias. **§ Único.** Exceto se de outra forma exigido por lei ou disposto neste Contrato Social, as deliberações das sócias serão tomadas por (s) sócia(s) representando a maioria do capital social, inclusive a que dispuser sobre a transformação da Sociedade em outro tipo societário. **Artigo 7º.** A transferência, total ou parcial, de quotas do capital social a terceiros não será permitida sem a prévia anuência, por escrito, da maioria majoritária, a qual terá, em igualdade de condições e preço, prioridade na sua aquisição. Tal direito de preferência deverá ser exercido pela sócia majoritária dentro do prazo de 30 dias contados do recebimento da comunicação escrita da proposta de transferência. **§ 1º.** Caso o prazo de 30 dias, acima mencionado, expire sem que tenham sido efetivamente adquiridas todas as quotas oferecidas, a sócia autora da oferta poderá transferir a terceiros tais quotas não adquiridas, desde que: (a) tal transferência seja efetuada nos mesmos termos e condições da oferta inicial; (b) o terceiro a quem as quotas sejam cedidas ou transferidas seja aceito pela outra sócia; e (c) a cessão ou a transferência seja efetuada no prazo de até 20 dias contados do término do prazo de 30 dias inicialmente dado à sócia majoritária. Se tais quotas não forem cedidas ou transferidas dentro do prazo de acordo com as condições aqui estabelecidas, elas estarão novamente sujeitas a todo o proce-

dimento acima descrito. **§ 2º.** Para os efeitos deste artigo 7º, os “mesmos termos e condições” devem ser entendidos como aqueles que proporcionem um mesmo resultado financeiro para o cedente, qualquer que seja o adquirente previsto no parágrafo anterior, corrigido-se, para tanto, o preço inicial da oferta por índice que reflita a efetiva perda do poder aquisitivo da moeda nacional no período entre a oferta e a efetiva aquisição. **Capítulo IV – Administração. Artigo 8º.** A Sociedade, que pode ser administrada por sócios ou não sócios, é administrada pela Sra. **Cinthia Battiliani Giantomassi Medeiros**, RG nº 53.627.835-0 SSP/SP e CPF/ME nº 004.029.539-75, designada pelas Sócias como **Diretora Geral. § 1º.** A Diretora Geral permanecerá em seu cargo por prazo indeterminado, até que venha a ser destituída e/ou substituída por deliberação de (s) sócia(s) representando, no mínimo, o quórum exigido por lei. **§ 2º.** A Diretora Geral poderá receber uma remuneração, que será fixada por deliberação de (s) sócia(s) representando a maioria do capital social e levada à conta de despesas gerais da Sociedade. **Artigo 9º.** Observado o disposto nos artigos 10 e 11 deste Contrato Social, a Diretora Geral terá poderes para administrar e gerir os negócios sociais e para, individualmente, representar e obrigá-la a Sociedade para todos os fins. **§ 1º.** A Sociedade também poderá ser representada por procuradores, conforme estabelecido no respectivo instrumento de mandato e somente na extensão dos poderes nele contidos. **§ 2º.** As procurações outorgadas em nome da Sociedade deverão ser assinadas pela Diretora Geral e, exceto aquelas outorgadas a advogados para representar a Sociedade em processos judiciais e administrativos, terão prazo de validade determinado e permitirão o subestabelecimento apenas sob as condições estabelecidas em cada um dos respectivos instrumentos. **Artigo 10.** As seguintes matérias dependerão, para sua implementação, da prévia e expressa autorização, por escrito, de (s) sócia(s) representando a maioria do capital social: (a) aquisição, a alienação ou a oneração, a qualquer título, de bens imóveis; (b) aquisição, alienação, locação ou oneração de quaisquer ativos da Sociedade; (c) a aquisição e a venda de participações em outras sociedades, empreendimentos, negócios ou quaisquer outros projetos. **Capítulo V – Reunião das Sócias. Artigo 12.** As sócias reunir-se-ão sempre que o interesse social assim o exigir. Entretanto, qualquer deliberação que demandar a manifestação das sócias poderá ser tida como validamente tomada, independentemente da realização de Reunião, se expressa mediante instrumento escrito, firmado por (s) sócia(s) representando a totalidade do capital social. **§ 1º.** As Reuniões das Sócias serão convocadas pela Diretora Geral e, nos casos previstos em lei, pelas sócias, através de carta registrada, fax ou aviso entregue pessoalmente, contra recibo, a ambas as sócias, com a antecedência mínima de 8 dias. Considerar-se-á dispensada a convocação quando ambas as sócias comparecerem à Reunião ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e Ordem do Dia. **§ 2º.** As Reuniões das Sócias serão instaladas com a presença de titular(es) de quotas representando, no mínimo, 75% do capital social, e serão presididas e secretariadas por Presidente e Secretário escolhidos pela(s) sócia(s) presente(s). **§ 3º.** Qualquer sócia poderá fazer-se representar nas Reuniões das Sócias por outra sócia ou por advogado, mediante outorga de procuração, com especificação dos atos autorizados, devendo a procuração ser levada a registro conjuntamente com a ata. **§ 4º.** A Sociedade manterá um livro de Atas das Reuniões das Sócias, no qual as Atas das Reuniões das Sócias serão lavradas. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação dos Lucros. Artigo 13.** O exercício social encerrar-se-á em 31 de maio de cada ano, quando serão elaboradas as Demonstrações Financeiras previstas em lei, as quais serão submetidas à apreciação das sócias independentemente da realização de Reunião das Sócias. O lucro líquido então verificado, terá a destinação determinada pelas sócias. **§ 1º.** As Demonstrações Financeiras serão disponibilizadas às sócias dentro de 10 dias após terem sido concluídas, prazo esse que não excederá a 30 de setembro do exercício social seguinte. A aprovação das sócias às Demonstrações Financeiras poderá ser manifestada por instrumento escrito em separado ou pela aposição das suas assinaturas nos livros próprios. **§ 2º.** A Sociedade poderá, ainda, levantar balanços intermediários, para fins de apuração e destinação do resultado do período neles compreendido, podendo eventual lucro, por deliberação das sócias, ser distribuído ou capitalizado. **Capítulo VII – Continuação da Sociedade. Artigo 14.** A dissolução, a falência ou a retirada de qualquer das sócias não acarretará a dissolução da Sociedade, que continuará com a sócia remanescente. Ocorrendo qualquer desses eventos, as quotas da sócia dissolvida, falida, ou que se retira serão adquiridas pela Sociedade, se as condições de momento assim o permitirem, ou pela sócia remanescente, pelo seu valor contábil, apurado com base no balanço especialmente levantado para tal fim. Em qualquer hipótese, a sócia remanescente deverá, no prazo de 180 dias, recompor o quadro social com terceiros ou requerer a transformação do registro da Sociedade perante o Registro Público de Empresas Mercantis. **Capítulo VIII – Exclusão de Sócia. Artigo 15.** Por deliberação da sócia majoritária, tomada em reunião especialmente convocada para esse fim, a sócia minoritária poderá ser excluída da Sociedade, por justa causa, desde que devidamente notificada com antecedência de, no mínimo, 8 dias da data da realização da Reunião para permitir o seu comparecimento e o exercício do direito de defesa. **§ Único.** Uma vez aprovada a exclusão da sócia minoritária, o capital social sofrerá a correspondente redução ou suas quotas serão adquiridas pela Sociedade, se as condições de momento assim permitirem, ou pela sócia majoritária, pelo valor patrimonial de referidas quotas, constante do último Balanço Patrimonial levantado pela Sociedade. Eventual pagamento devido será efetuado em até 3 parcelas, mensais e consecutivas, corrigidas monetariamente até seu efetivo pagamento de acordo com o índice então estabelecido pelas autoridades governamentais para refletir a desvalorização da moeda nacional no período. A sócia majoritária deverá recompor a Sociedade com terceiros dentro do prazo de 180 dias ou requerer a transformação do registro da Sociedade perante o Registro Público de Empresas Mercantis. **Capítulo IX – Liquidação. Artigo 16.** Em caso de liquidação da Sociedade, o procedimento legal será adotado e observado com a nomeação, por deliberação de (s) sócia(s) representando a maioria do capital social, de 1 ou mais liquidadores para operar a Sociedade durante o período de liquidação. **Capítulo X – Alterações. Artigo 17.** Este Contrato Social poderá ser alterado, em qualquer de seus artigos e a qualquer tempo, por deliberação de (s) sócia(s) representando, no mínimo, 75% do capital social. A aprovação de (s) sócia(s) representando, no mínimo, 75% do capital social também será necessária para a deliberação sobre a incorporação, a fusão e a dissolução da Sociedade, ou a cessação do seu estado de liquidação. **§ E, por estarem assim justas e contratadas,** as partes assinam o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma, na presença de 2 testemunhas. São Paulo 01/08/2020. Assinaturas: p.p. **NIKE Galaxy Holding B.V.**, Marina Zachello Rechchmuzzi; p.p. **NIKE Group Holding B.V.**, Marina Zachello Rechchmuzzi. JUCESP – Certificado o registro sob o nº 397.264/20-3 em 23/09/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

# Majoria dos euro-deputados rejeita acordo UE-Mercosul

A maioria dos eurodeputados aprovou texto em que afirma que o acordo entre União Europeia e Mercosul não pode ser ratificado “como está”.

Em versão original do novo texto, o Parlamento afirmava estar “extremamente preocupado com a política ambiental de Jair Bolsonaro, que vai contra os compromissos do Acordo de Paris, em particular no combate ao aquecimento global e à proteção à biodiversidade”.

A rejeição ao tratado foi mantida no texto final, mas a menção a Bolsonaro foi retirada.

O trecho foi incluído no parágrafo 36 do projeto de relatório (leia completo) de Jörgen Warborn sobre a implementação da política comercial comum, de 2018, com a aprovação de 345 eurodeputados em votação nesta terça (6).

Houve 56 abstenções e 295 foram contra.

A emenda não significa um veto ao tratado, que ainda não foi oficialmente submetido ao Parlamento, mas mostra pela primeira vez que a maioria dos eurodeputados resiste à ideia de aprová-lo.

Com o crescimento das mudanças climáticas entre as preocupações dos eleitores europeus, questões ambientais têm sido defendidas por vários partidos, além dos Verdes. Votam pelo texto sociais-democratas, centristas do grupo Renova Europa e membros do bloco Partido do Povo Europeu, de centro-direita.

A crescente animosidade em relação ao desmatamento e incêndios na Amazônia e no Pantanal e à gestão Bolsonaro praticamente inviabilizam a assinatura de um acordo antes de 2022, afirmam analistas.

“Até mesmo a Alemanha, antes grande defensora do tratado de livre comércio, já expressa dúvidas”, diz Filipe Gruppelli Carvalho, analista para o Brasil da consultoria Eurasia.

Ana Estela de Souza Pinto/Folhapress



**Sapphirus A009.19 Participações S.A.**

CNPJ/ME em Constituição

**Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 22 de novembro de 2019**

As 22/11/2019, às 10 horas, na Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, 14º andar, Sala 1410, São Paulo-SP, reuniram-se os subscritores da totalidade do capital social desta Companhia, conforme se constatou pelas assinaturas na Lista de Presença e no Boletim de Subscrição. **Mesa e Convocação:** Escolhido por unanimidade, assumiu a Presidência dos trabalhos o **Fábio Guimarães Corrêa Meyer**, RG nº 26.674.688-3 SSP/SP e CPF/ME nº 166.927.748-88, que convidou a mim, **Graziela Marques Conde**, RG nº 44.422.927-9 SSP/SP e CPF/ME nº 231.345.468-17, para Secretária. Dispensada a convocação prévia consoante o disposto no § 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76. **Pauta:** (i) Aprovar a constituição da **Sapphirus A009.19 Participações S.A.**, ("Companhia"); (ii) Aprovar o Capital Social Inicial; (iii) Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia; (iv) Eleger a Diretoria da Companhia; e (v) Deliberar acerca da remuneração dos Diretores. **Deliberações:** Após exame e discussão, foi deliberada por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições (i) a constituição da Companhia, declarando o Sr. Presidente constituída a Companhia a partir deste momento; (ii) o Capital Social Inicial da Companhia no montante de R\$500,00 em moeda corrente do país, dividido em 500 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal, tendo sido integralizados R\$500,00 neste ato, em moeda corrente nacional, sendo R\$25,00 integralizados pela **Stigma Holdings Participações Ltda.**, CNPJ/ME nº 35.152.346/0001-90 e NIRE 35235664773, neste ato representada por sua administradora, Graziela Marques Conde, acima qualificada, e R\$25,00 integralizados por **Kappa Holdings Participações Ltda.**, CNPJ/ME nº 35.144.957/0001-96 e NIRE 35235663955, representada por sua administradora, Graziela Marques Conde, já qualificada, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição que constituem o Anexo II da ata a que se refere a presente AGC, de forma que os R\$450,00 remanescentes do capital social serão integralizados no prazo de 24 meses a contar desta data; (iii) a aprovação do projeto do Estatuto Social da Companhia, a reger-se segundo o Estatuto Social cuja redação consolidada passa a constituir o Anexo I da ata a que se refere a presente AGC; (iv) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia, com mandato até a realização da primeira AGO, passando a Companhia a ter os seguintes Diretores, sem designação específica: (a) **Fábio Guimarães Corrêa Meyer**, RG nº 26.674.688-3 SSP/SP e CPF/ME nº 166.927.748-88; e (b) **Graziela Marques Conde**, RG nº 44.422.927-9 SSP/SP e CPF/ME nº 231.345.468-17. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis; e (v) aceitar a renúncia dos diretores ao recebimento de remuneração da Companhia. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 22/11/2019. Assinaturas: Mesa: Fábio Guimarães Corrêa Meyer – Presidente; Graziela Marques Conde – Secretária. Visto da Advogada: Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição – OAB/SP 363.776. **Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** Sapphirus A009.19 Participações S.A. é uma sociedade anônima que rege-se por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Rua Amaro Cavalheiro, 347, andar 14º, Sala 1410, São Paulo-SP, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"). **Artigo 4º.** A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Do Capital. Artigo 5º.** O capital social é de R\$500,00, representado por 500 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§ 1º.** Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **§ 2º.** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§ 3º.** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III – Da Assembleia Geral. Artigo 6º.** A Assembleia reunir-se-á, ordinariamente, nos 04 primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§ 1º.** A Assembleia será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **§ 2º.** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computando o voto em branco. **Capítulo IV – Da Administração. Artigo 7º.** A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria, composta de 02 a 05 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos diretores eleitos. **§ 1º.** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia que os eleger. **§ 2º.** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Artigo 8º.** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia. **Artigo 9º.** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência, assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheque; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo 10.** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo nono competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a 12 meses, exceto em relação às procurações "ad judicia", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **§ Único.** Dependendo de aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a prestação de avias, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 11.** Compete à Diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 12.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 03 e, no máximo, 05 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **§ Único.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela AGO para um mandato de 01 ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI – Disposições Gerais. Artigo 13.** O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo 14.** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia lhes der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em lei. **Artigo 15.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo 16.** A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo de 2%. Os acionistas poderão, no entanto, deliberar de forma unânime, em Assembleia, pela distribuição de um percentual maior. **Artigo 17.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo 18.** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste Estatuto Social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo-SP. JUCESP – Certifico o registro sob o NIRE 35.300.545.729 em 05/12/2019. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Mafe Energia e Participações S.A.**

CNPJ/ME nº 08.386.634/0001-36 – NIRE 35.300.334.701

**Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária**

**Fernando Antonio Bertin**, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º, do Estatuto Social, c.c. o artigo 123, da Lei nº 6.404/76, convoca os acionistas para a AGE da **Mafe Energia e Participações S.A.**, a ser realizada na sede da Companhia, na Rua Jerônimo da Veiga, 164, Sala 11D, Itaim Bibi, São Paulo-SP e simultaneamente via videoconferência, tal como autorizado pelo artigo 121 § 2º, da Lei 6.404 de 1976, pela plataforma Zoom, por meio do link <https://us02web.zoom.us/j/4893965117>, no dia 03/12/2020, às 15 horas, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte Ordem do Dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativamente aos exercícios de 2017, 2018 e 2019; b) deliberar sobre a proposta apresentada na AGE realizada em 23/09/2019, para que fossem reajustados os valores pagos pela Companhia e suas subsidiárias a título de remuneração a seus dirigentes; c) em atendimento à solicitação da acionista ETL – Imobiliária e Consultoria S/A, abordar novamente a questão relacionada ao acordo realizado entre a Companhia e seus acionistas controladores, relativamente ao prazo para quitação dos valores a ela adiantados pelos referidos acionistas controladores durante a fase pré-operacional da Companhia. Informações Gerais: Os acionistas que não puderem comparecer pessoalmente poderão ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos previstos no artigo 10, § único, do Estatuto Social da Companhia. São Paulo, 30/09/2020. **Fernando Antonio Bertin** – Presidente do Conselho de Administração (06, 07 e 08/10/2020)

**NIKE Brasil Marketing e Licenciamento Esportivo Ltda.**

CNPJ/ME nº 36.226.675/0001-09 – NIRE 35.235.850.691

**Ata da Reunião das Sócios realizada em 1º de agosto de 2020.**

A Reunião das Sócios da Companhia, instalada com a presença da totalidade do capital social, independentemente de convocação, presidida e secretariada pela Sra. **Marina Zachello Rechimuzzi**, realizou-se às 10:00 horas do dia 01/08/2020, na sede social, na Rua Werner Von Siemens, 111, Edifício 1, 1º andar, Sala 3, Lapa de Baixo, São Paulo-SP. Na conformidade da Ordem do Dia, foram tomadas, por unanimidade de votos: (a) aprovar, em todos os seus termos e condições, o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda.", com Versão de Parcela de seu Acervo Líquido à NIKE Brasil Marketing e Licenciamento Esportivo Ltda.", datado de 01/08/2020, que é o Documento I da presente ata, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da sociedade; (b) ratificar a contratação, anteriormente feita pela administração da sociedade, dos seguintes peritos: (i) **Thiago Rodrigues Brito**, RG nº 26.746.602-X SSP/SP, CPF/ME nº 332.341.008-45 e CRC/SP nº SP-1SP264898/0-9; (ii) **Henrique Sotello Bugallo**, RG nº 35.711.056-0 SSP/SP, CPF/ME nº 308.783.638-90 e CRC/SP nº SP-242208/0-2; e (iii) **Michelle Aparecida de Moraes**, RG nº 34.262.088-5 SSP/SP, CPF/ME nº 324.093.258-07 e CRC/SP nº SP-301479/0-9, para avaliar a parcela do acervo líquido da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda., NIRE 35.212.627.367 e CNPJ/ME nº 59.546.515/0001-34, a ser vertida para esta sociedade em virtude da cisão parcial, já tendo sido elaborado, com data de 01/08/2020, o respectivo Laudo de avaliação; (c) aprovar o Laudo de Avaliação do Acervo Líquido da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda., elaborado pelos peritos acima mencionados, Laudo esse que é o Documento II da presente ata, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da sociedade, o qual indica ser o valor da parcela do acervo líquido da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda. a ser vertida, por cisão parcial, a esta sociedade, em 31/07/2020, de R\$ 98.107.789,00, desconsiderando-se os centavos; (d) concretizar, dessa forma, a cisão parcial da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda., de acordo com os termos do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial acima aprovada; (e) aprovar, como consequência da operação em questão, o aumento do capital social, atualmente de R\$ 1.000,00, totalmente integralizado, para R\$ 98.107.789,00, um aumento, portanto, de R\$ 98.107.789,00, representado por 98.107.789 novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, as quais são, em decorrência da operação de cisão parcial acima aprovada e com a expressa anuência da sócia **NIKE Group Holding B.V.**, anteriormente subscritas pela sócia **NIKE Galaxy Holding B.V.**, na qualidade de sócia da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda., e integralizadas mediante versão à sociedade da referida parcela do acervo líquido da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda.; (f) aprovar, em decorrência das deliberações acima, a alteração do Artigo 5º do Contrato Social, o qual passa a vigorar com a redação prevista no texto da alteração contratual abaixo aprovada; (g) aprovar o texto do "Instrumento Particular de 3ª Alteração do Contrato Social da NIKE Brasil Marketing e Licenciamento Esportivo Ltda." para Aumento do Capital Social de R\$ 1.000,00 para R\$ 98.107.789,00, e de Consolidação do Contrato Social", que, assinado pelas sócias e datado desta data, será arquivado na JUCESP, em ato separado, concomitantemente com a presente; e (h) autorizar a diretoria e/ou procuradores da sociedade a procederem a todos os atos complementares à cisão parcial, inclusive registros, averbações e transferências necessários à completa regularização da operação. Os termos desta ata foram aprovados pelas sócias presentes, que a subscrevem. São Paulo, 01/08/2020. **Marina Zachello Rechimuzzi**, Presidente e Secretária da Mesa; p.p. **NIKE Galaxy Holding B.V.** – **Marina Zachello Rechimuzzi**; e p.p. **NIKE Group Holding B.V.** – **Marina Zachello Rechimuzzi**. JUCESP – Registrado sob o nº 397.262/20-6 em 23/09/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

[www.datamercantil.com.br](http://www.datamercantil.com.br)

## Fuga de investidores do Brasil mais que dobra neste ano



A fuga de investidores estrangeiros do Brasil das aplicações de risco em 2020 deve mais do que dobrar em relação ao registrado em 2019.

O saldo entre aplicações e retiradas de não residentes ficará negativo em US\$ 24 bilhões (R\$ 134 bilhões) entre janeiro e dezembro. Em 2019, saídas somaram US\$ 11,1 bilhões (US\$ 62 bilhões).

Para investimentos direcionados ao setor produtivo, geralmente de longo prazo e voltados à ampliação de empresas comerciais e industriais, o Brasil também atrairá bem menos dinheiro neste ano: cerca de US\$ 49 bilhões, ante US\$ 73 bilhões em 2019.

Somando diferentes tipos de entradas e saídas, o Brasil terá fluxo positivo de dinhei-

ro estrangeiro em 2020 de apenas US\$ 11 bilhões, bem abaixo dos US\$ 59 bilhões de 2019.

Segundo previsões atualizadas da IIF (Institute of International Finance), que reúne 450 bancos e fundos de investimento em 70 países, as maiores saídas de capital do Brasil estão concentradas em ações e outros títulos de empresas, cujo saldo somará cerca de US\$ 18 bilhões. Em 2019, as retiradas nesses itens foram de apenas US\$ 2,7 bilhões.

O restante das saídas, aproximadamente US\$ 6 bilhões, referem-se a investidores que deixaram de aplicar, principalmente, em títulos relacionados ao endividamento do país, como papéis da dívida pública. No ano passado, esses saques já haviam

atingindo US\$ 8,4 bilhões.

A redução se dá em um ano em que os países ricos lançaram pacotes trilionários para injetar liquidez na economia – um dinheiro que, em muitos casos, acaba “vazando” para economias que oferecem boas chances de retorno. Não foi esse o caso do Brasil.

Segundo Martín Castellano, chefe do departamento de pesquisas do IIF para a América Latina, a desvalorização do real em relação ao dólar até tem tornado os ativos brasileiros baratos para investidores.

No acumulado deste ano, o dólar se valoriza quase 40% frente o real. Em uma situação normal, seria a hora de os estrangeiros comprarem ações e títulos brasileiros, desembolsando menos dólares para adquirir ativos em reais.

Fernando Czanzian/Folhapress

**Terracycle do Brasil Administração de Marcas S.A.**

CNPJ/ME nº 10.920.714/0001-71 – NIRE 35.300.414.501

**Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 10/08/2020**

**Local e Hora:** Sede da Companhia, às 17 horas. **Publicações Legais:** a) Demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2019 e demais documentos dispensados de publicação, conforme artigo 294, II, da Lei nº 6.404/76. b) Convocação dispensada, conforme artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital. **Mesa:** Eduardo Gomes Fernandes – Presidente e Fábio Pereira Lopes de Medeiros – Secretário. **Ordem do Dia:** (i) Aprovação do relatório da administração e das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 2019 e destinação de resultado; e (ii) Reeleição dos membros do Conselho de Administração. **Deliberações:** Os acionistas tomaram as seguintes deliberações, por unanimidade e sem reservas: preliminarmente, aprovaram a lavratura da ata em forma sumária e, em seguida: (i) Tomaram as contas da administração e aprovaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019. Os acionistas decidiram que o lucro líquido do exercício findo será integralmente utilizado para abater o prejuízo acumulado de exercícios anteriores. (ii) Face ao término do mandato dos membros do Conselho de Administração, os acionistas aprovaram reeleger como membros do Conselho de Administração, os Srs. **Eduardo Gomes Fernandes**, RG nº 24.570.866-2 SSP/SP e CPF/ME nº 169.362.548-29; **Thomas Szaky**, certificado de Cidadania Canadense nº 4808419; e **Richard Perl**, passaporte Americano nº US 113282824; todos com mandato até a posse dos membros do Conselho de Administração que vierem a ser eleitos na AGO a ser realizada em 2021. Os conselheiros de administração ora eleitos serão investidos em seus cargos por meio da assinatura dos termos de posse que serão lavrados em livro próprio. Os conselheiros ora eleitos declaram, em documento arquivado na sede da Companhia, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia por qualquer crime previsto em lei, em especial aqueles estabelecidos no artigo 147 da Lei nº 6404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia. São Paulo, 10/08/2020. Assinaturas: Mesa: Eduardo Gomes Fernandes – Presidente; Fábio Pereira Lopes de Medeiros – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 364.049/20-0 em 11/09/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**BN Corp Empreendimentos Imobiliários S.A. - CNPJ/ME 09.547.174/0001-43 - NIRE 353.003.560-55****Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 17/09/2020**

**Data, Horário e Local:** 17/09/2020, às 10h00, na sede da Cia. Mesa: Presidente - Carlos Alberto Bueno Netto; Secretário - Luciano Sergio Amalal Alves. **Presença:** Totalidade. **Convocação:** Dispensada. **Ordem do dia e Deliberações:** 1. Aprovar a redução do capital da Cia em R\$ 27.810.552,00, por considerá-lo excessivo para o cumprimento de seu objeto social. A redução de capital será realizada sem o cancelamento de ações. O capital social passará a ser de R\$ 15.793.147,50, dividido em 28.172.447 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 2. O pagamento do capital reduzido será feito mediante a entrega de 24.889.445 quotas da empresa BNC Madri Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (CNPJ 14.871.680/0001-23), por seu valor contábil de R\$ 27.810.552,00, em conformidade com o artigo 22 da Lei 9.249/95, a serem transferidas as acionistas proporcionalmente a sua participação no capital social da Cia. **Encerramento e Lavratura da Ata:** nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi interrompida pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Acionistas Presentes: BNI Empreendimentos e Participações S.A.; Lareh SPV I Empreendimentos Imobiliários Ltda. São Paulo, 17 de setembro de 2020. Mesa: Carlos Alberto Bueno Netto – Presidente, Luciano Sergio Amalal Alves – Secretário. Acionistas: BNI Empreendimentos e Participações S.A (Carlos Alberto Bueno Netto e Luciano Sergio Amalal Alves); Lareh SPV I Empreendimentos Imobiliários Ltda (Emilio Della Togna Neto)



# Publicidade Legal

## Real Estate XVI Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 17.947.906/0001-10

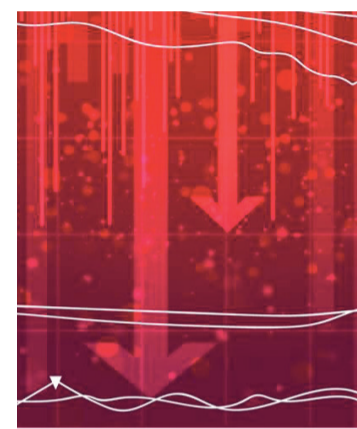
**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)**  
**Relatório da Administração:** Prezados acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Durante o exercício de 2019, a Companhia concentrou seus esforços na Administração da Companhia.

Balço Patrimonial				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido						
Ativo	Nota	2019	2018	Nota	Capital social Subscrito	A integralizar	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	
<b>Circulante</b>		<b>7.229</b>	<b>7.006</b>		<b>35.121</b>	<b>(1.283)</b>		<b>(3.974)</b>	<b>29.864</b>	
Caixa e equivalente de caixa	4	6	5	Saldo em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	2.000	(2.000)	-	-	-	
Contas a receber CP	5	4.766	4.349	Aumento de capital	-	3.146	-	-	3.146	
Tributos a recuperar	6	2.457	2.652	Integralização do capital	-	-	(6)	-	(6)	
<b>Não circulante</b>		<b>102.329</b>	<b>107.095</b>	Ajustes patrimoniais	-	-	-	(1.345)	(1.345)	
Contas a receber LP	5	102.329	107.095	Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.319)	(5.319)	
<b>Total do ativo</b>		<b>109.558</b>	<b>114.101</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>37.121</b>	<b>(137)</b>	<b>(6)</b>		<b>31.659</b>	
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		<b>109.558</b>	<b>114.101</b>	Aumento de capital	2.500	(2.500)	-	-	-	
<b>Circulante</b>		<b>4.826</b>	<b>6.897</b>	Integralização do capital	-	317	-	-	317	
Fornecedores	3	3	3	Ajustes patrimoniais	-	-	-	-	-	
Obrigações tributárias	8	57	223	Prejuízo do exercício	-	-	-	(367)	(367)	
Outras contas a pagar	9	-	2.322	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>39.621</b>	<b>(2.320)</b>	<b>(6)</b>	<b>(5.686)</b>	<b>31.609</b>	
Cédulas de crédito imobiliário CP	7	4.766	4.349	Integralização de capital	-	189	-	-	189	
<b>Não circulante</b>		<b>71.665</b>	<b>76.431</b>	Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.025)	(1.025)	
Cédulas de crédito imobiliário LP	7	71.665	76.431	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>39.621</b>	<b>(2.131)</b>	<b>(6)</b>	<b>(6.711)</b>	<b>30.773</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>33.066</b>	<b>30.773</b>	Integralização de capital	-	270	-	-	270	
Capital social subscrito	10	37.760	37.490	Prejuízo do exercício	-	-	-	2.023	2.023	
Ajuste de avaliação patrimonial		(6)	(6)	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>9</b>	<b>(1.861)</b>	<b>(6)</b>	<b>(4.688)</b>	<b>33.066</b>	
Prejuízos acumulados		(4.688)	(6.711)							
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>109.558</b>	<b>114.101</b>							

Demonstrações do Resultado				Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	Nota	2019	2018		2019	2018	
<b>Despesas administrativas</b>	11	(95)	(188)	<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Impostos e taxas</b>	12	(340)	(360)	Prejuízo do exercício	2.023	(1.025)	
<b>Outras despesas operacionais, líquidas</b>	12	2.376	(603)	<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>			
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>		<b>1.941</b>	<b>(1.151)</b>	Contas a receber	4.349	-	
<b>Resultado financeiro</b>				Adiantamento de fornecedores	-	579	
Receitas financeiras	13	7.307	7.749	Tributos a recuperar	195	350	
Despesas financeiras	13	(7.224)	(7.623)	Fornecedores	-	(30)	
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(2.023)</b>	<b>(1.025)</b>	Obrigações tributárias	(166)	(63)	
<b>Média ponderada de ações</b>		<b>39.627.000</b>	<b>39.621.000</b>	Outras contas a pagar	(2.322)	-	
<b>Prejuízo por ação – R\$</b>		<b>0,0511</b>	<b>0,0259</b>	Juros pagos sobre cédula de crédito imobiliário ("CCI")	(4.349)	-	
<b>Demonstrações do Resultado Abrangente</b>		<b>2019</b>	<b>2018</b>	Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(269)	(189)	
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>2.023</b>	<b>(1.025)</b>	<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Outras resultados abrangentes		-	-	Integralização de capital	270	189	
<b>Resultado abrangentes do exercício</b>		<b>2.023</b>	<b>(1.025)</b>	Caixa líquido gerado pelas atividades financiamentos	270	189	

# Dólar recua com possível alta de Selic e eleição nos EUA no radar



O dólar segue em baixa no mercado doméstico, alinhado à tendência externa ante rivais e moedas emergentes e ligadas a commodities e com um consenso no mercado de que com inflação em alta e desajuste fiscal, os juros podem ter de subir antes do esperado, afirma Vanei Nagem, responsável pela área de câmbio da Terra Investimentos.

Em tese, segundo ele, a perspectiva de elevação da Selic tem impacto de baixa no dólar pela possibilidade de atrair fluxo de estrangeiros, se um ajuste de alta de juros não for apenas pontual. “O dólar tem frescor generalizado porque o exterior está misto e mais leve, em meio à percepção de iminente derrota de Donald Trump, uma vez que pesquisas tem alargado a diferença a favor do democrata Joe Biden, que abriu 14 pontos de vantagem sobre o republicano em pesquisa divulgada ontem”, comenta Nagem. Às 9h59 desta quarta-feira, 7, o dólar à vista caía 0,48%, a R\$ 5,5680. O dólar para novembro cedia 0,49% neste mesmo horário, a R\$ 5,5705.

# Ouro fecha em baixa, em meio a menor perspectiva de pacote fiscal nos EUA

O ouro fechou o pregão desta quarta-feira, 7, em baixa, em meio a uma menor perspectiva de pacote fiscal nos Estados Unidos, após o presidente Donald Trump suspender as tratativas com os democratas ontem. Porém, os investidores se concentram na possibilidade de haver estímulos direcionados para alguns setores, como o aéreo. Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o ouro com entrega prevista

para dezembro caiu 0,94%, a US\$ 1.890,80 a onça-troy, perdendo a marca de US\$ 1.900 a onça-troy. “À primeira vista, o fato de que nenhuma nova medida de estímulo à economia será implementada no futuro próximo deveria ser uma boa notícia para o ouro”, avalia o analista de metais Daniel Briesemann, do Commerzbank, em referência ao movimento de busca por segurança. No entanto, de acordo com analistas da Zaner Metals, “o colapso abrupto das

negociações do pacote de estímulo mudou para baixo a tendência” para os metais preciosos como o ouro e a prata. Segundo algumas avaliações, um novo pacote fiscal poderia levar a uma alta da inflação e faria com que os investidores fizessem hedge comprando ouro. Na avaliação da S&P Global, por outro lado, a demanda por ouro “provavelmente permanecerá forte”, devido à alta incerteza no mercado.

IstoéDinheiro

IstoéDinheiro

# Publicidade Legal

## Por que os grandes bancos sofrem para recuperar valor na bolsa

Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil e Santander aceleram digitalização e fecham agências para competir com fintechs e bancos digitais

A pandemia do novo coronavírus reduziu a praticamente zero as vendas de pacotes de turismo da CVC e de assentos em aviões da GOL ou da Azul no momento mais agudo da crise. Mas, em termos nominais, nenhum setor sofreu tanto na bolsa de valores quanto os grandes bancos, que, juntos, chegaram a perder mais de 400 bilhões de reais em valor de mercado no ápice da crise. E ainda que a queda máxima tenha sido proporcionalmente menor que a de ações atreladas ao turismo, a recuperação está sendo mais lenta.

Enquanto as altas das ações de CVC, GOL e Azul superaram mais de 200% desde que tocaram a cotação mínima no ano, os papéis de Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil subiram menos de 50%. Em valor de mercado, seguem cerca de 350 bilhões de reais abaixo de como começaram o ano. As ações do Itaú e do Bradesco foram as que menos se recuperaram: até o pregão de segunda-feira, 5, estavam apenas 14,4% e 15,3% acima da mínima do ano. Já o Ibovespa, principal índice da B3, acumula alta de 55% desde que tocou a menor pontuação de 2020, em meados de março.

No mercado, o sentimento geral entre analistas e investidores é que as ações dos grandes bancos estão “atrasadas”, quase paradas no tempo: mesmo que muitos considerem que estão “baratas” devido às quedas dos múltiplos preço/lucro dos ativos (uma métrica para avaliar se uma ação está cara ou barata), o otimismo sobre o desempenho futuro dos papéis não tem surtido efeitos no presente.

Exame

objetivos sociais. **6.11.** Os diretores poderão, mediante a aprovação dos acionistas nos termos deste estatuto social, fazer retiradas mensais a título de pró-labore, devendo ser levado à conta de despesas gerais da Companhia. **7. Conselho Fiscal:** **7.1.** A Companhia poderá ter um conselho fiscal composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros, e suplentes em igual número, o qual funcionará em caráter não permanente (“Conselho Fiscal”). O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei. **7.2.** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País, legalmente qualificadas, serão eleitos pela assembleia geral de acionistas que deliberar a instalação do órgão, com mandato até a primeira assembleia geral ordinária de acionistas que se realizar após a eleição, podendo ser reeleitos ou substituídos. **7.3.** Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração que lhes for fixada pela assembleia geral de acionistas que deliberar pela instalação do órgão, pelo período de funcionamento do Conselho Fiscal e enquanto estiverem no efetivo exercício das funções. **8. Exercício Social e Destinação de Resultados:** **8.1.** O exercício social coincidirá com o ano civil e será encerrado em 31 de dezembro de cada ano, quando se fará a apuração do resultado do exercício e a posição patrimonial da Companhia pelo levantamento das demonstrações exigidas em lei. Dos resultados apurados, serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e as provisões para os tributos legais, sendo o lucro remanescente destinado da seguinte forma: (a) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social. A reserva legal poderá deixar de ser constituída nos termos da Lei das S.A.; (b) 10% a título de dividendo obrigatório. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar; (c) O pagamento dos dividendos fixos das ações preferenciais da Companhia, descritos no artigo 5.2 (ii) deste estatuto social; e, (d) O saldo remanescente será destinado nos termos da Lei das S.A. e conforme aprovado pela assembleia geral de acionistas da Companhia. **8.2.** A assembleia geral ordinária de acionistas da Companhia poderá ainda, e desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar sobre a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou ainda sobre a retenção de todo o lucro líquido, nos termos previstos na Lei das S.A. **8.3.** A Companhia poderá levantar balanços trimestrais, trimestrais ou semestrais e poderá haver distribuição de dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio, observadas as disposições legais e os quóruns de aprovação previstos neste estatuto social. **8.4.** O dividendo será pago, salvo deliberação em contrário, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **9. Assembleia Geral de Acionistas:** **9.1.** A assembleia geral de acionistas deliberará sobre todas as matérias de interesse da Companhia, no que for pertinente aos seus interesses e aos dos acionistas (“Assembleia”). **9.2.** A Assembleia, ordinária ou extraordinária, será convocada, com indicação da ordem do dia, (i) pela Diretoria ou (ii) pelo Conselho Fiscal, quando instalado, ou (iii) pelos acionistas, nos casos previstos em lei. **9.3.** Independentemente das formalidades previstas em lei, será considerada regular a Assembleia nas quais comparecerem todos os acionistas. **9.4.** Qualquer Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de ¼ do capital social com direito a voto, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número do capital social com direito a voto. **9.5.** Os trabalhos de qualquer Assembleia serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, escolhidos pelos acionistas presentes. **9.6.** Dos trabalhos e deliberações de qualquer Assembleia, será lavrada ata que será assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. A ata poderá ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas, podendo ser publicado apenas o seu extrato. **9.7.** Ressalvadas as exceções previstas em lei e nesse estatuto social, as deliberações de qualquer Assembleia serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **9.8.** Somente poderão tomar parte em qualquer Assembleia os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro próprio, até 12 horas antes da data de qualquer Assembleia. Os acionistas com direitos sociais suspensos não poderão participar de qualquer Assembleia. **9.9.** Os acionistas poderão fazer-se representar em qualquer Assembleia por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista ou membro da administração da Companhia ou advogado. **9.10.** Qualquer Assembleia ocorrerá na sede social, salvo motivo de força maior, ordinariamente, dentro dos 4 meses seguintes ao término do exercício social, ou extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **10. Direito de Preferência:** **10.1.** Caso qualquer dos acionistas (“Acionista Alienante”) receba uma proposta de um terceiro para transferir a qualquer título, direta ou indiretamente, a totalidade de suas ações (“Ações Ofertadas”), o Acionista Alienante deverá, previamente à assinatura de qualquer dos documentos vinculativos, conceder aos demais acionistas (“Acionistas Remanescentes”) a preferência na aquisição das Ações Ofertadas, em termos e condições consistentes com aqueles ofertados pelo terceiro interessado (“Direito de Preferência”), inclusive preço e quaisquer outras condições relevantes (“Condições Definitivas de Venda a Terceiro”). **10.2.** Para fins do exercício do Direito de Preferência, o Acionista Alienante enviará uma notificação aos Acionistas Remanescentes (“Notificação de Preferência”), especificando as Condições Definitivas de Venda a Terceiro. A Notificação de Preferência constituirá uma oferta irrevogável de venda das Ações Ofertadas de acordo com as Condições Definitivas de Venda a Terceiros. **10.3.** Os Acionistas Remanescentes deverão, em prazo não superior a 15 dias do recebimento da Notificação de Preferência (“Prazo de Preferência”), comunicar, mediante Notificação a endereçada ao Acionista Alienante, se pretendem ou não, de forma irrevogável e irretirável, adquirir a totalidade das Ações Ofertadas. Na hipótese de um Acionista Remanescente exercer o seu Direito de Preferência, o Acionista Alienante e o Acionista Remanescente deverão no prazo máximo de 30 dias contados do recebimento da Notificação do Acionista Remanescente, assinar os documentos necessários para formalizar a transferência. **10.4.** Caso mais de um Acionista Remanescente exerça o Direito de Preferência, as Ações Ofertadas serão distribuídas entre os Acionistas Remanescentes exercentes do Direito de Preferência na proporção da participação de cada um na Companhia. **10.5.** Caso todos os Acionistas Remanescentes manifestem sua intenção de não exercer seu Direito de Preferência ou não se manifestem dentro do Prazo de Preferência, a oferta constante da Notificação de Preferência será considerada como não aceita. Nesse caso, o Acionista Alienante deverá encaminhar uma notificação à Companhia, nos mesmos termos da Notificação de Preferência. A Companhia deverá, em prazo não superior a 30 dias, comunicar, mediante notificação endereçada ao Acionista Alienante, se pretende ou não adquirir as Ações Ofertadas. Na hipótese de a Companhia desejar adquirir as Ações Ofertadas, deverá manifestar sua intenção irrevogável e irretirável de adquirir a totalidade das Ações Ofertadas. Neste caso, o Acionista Alienante e a Companhia deverão assinar, no prazo máximo de 30 dias contados do recebimento da Notificação do Acionista Alienante, os documentos necessários para formalizar a transferência. **10.6.** Caso a Companhia manifeste sua intenção de não adquirir as Ações Ofertadas ou não se manifeste no prazo da cláusula 10.5, o Acionista Alienante estará autorizado a transferir ao terceiro interessado as Ações Ofertadas, nas Condições Definitivas de Venda a Terceiro, durante o prazo de 90 dias contados do término do prazo da cláusula 10.5. A transferência a qualquer título de Ações Ofertadas após o curso do prazo acima referido, pelo Acionista Alienante, estará novamente sujeita às regras e prazos aqui previstos. **11. Direito de Venda Conjunta (Tag Along):** **11.1.** No Prazo de Preferência, quaisquer dos Acionistas Remanescentes terão o direito, mas não o dever, de exigir que a transferência das Ações Ofertadas englobe a totalidade de suas ações (“Direito de Venda Conjunta”), desde que renuncie ao Direito de Preferência. **11.2.** O Direito de Venda Conjunta será proporcional à participação do Acionista Remanescente no capital social da Companhia e será exercido de forma irrevogável e irretirável. Caso o Acionista Remanescente exerça o Direito de Venda Conjunta, este deverá aderir integralmente às condições definitivas de venda a terceiro. Todos os custos e despesas incorridos na preparação e efetivação da transferência inclusive honorários legais e profissionais, serão rateados na proporção do valor recebido pelos acionistas. **11.3.** O Acionista Remanescente que exercer o Direito de Venda Conjunta deverá tomar ou fazer com que sejam tomadas as providências necessárias ou razoavelmente desejáveis para a celeridade consumação da transação efetuada nos termos desta cláusula, comprometendo-se, neste ato, a celebrar e entregar quaisquer documentos razoavelmente especificados pelo Acionista Alienante. **12. Direito de Venda Forçada (Drag Along):** **12.1.** Se o valor oferecido pelo terceiro interessado for igual ou superior a 70% do valor das Ações, com base na metodologia de fluxo de caixa descontado (“Avaliação”), bastará a aprovação da maioria absoluta dos acionistas da Companhia, em sede de Assembleia no Prazo de Preferência, para que todos os acionistas sejam obrigados, de forma irrevogável e irretirável, a transferir a totalidade das ações da Companhia de que são detentores. **12.2.** A Avaliação será elaborada por uma empresa especializada com experiência no setor de atuação da Companhia, escolhida em até 30 dias do recebimento de notificação pela Companhia referente à oferta do terceiro. **12.3.** Para a concretização do Direito de Venda Forçada, os Acionistas, neste ato, em caráter irrevogável e irretirável, nos termos dos artigos 684, 685 e 686, parágrafo único, do Código Civil, outorgam poderes uns aos outros para que, em seu nome, pratiquem todos os atos e assinem todos os documentos e contratos necessários à formalização da transferência da totalidade das ações de que são detentores da Companhia, podendo, inclusive, negociar termos e condições e assinar os contratos definitivos de compra e venda de ações, sendo que as declarações e garantias a serem prestadas ao terceiro adquirente deverão ser substancialmente equivalentes às declarações e garantias prestadas por todos os acionistas, bem como assinar os livros de transferência de ações nominativas da Companhia. Esta cláusula mandato é outorgada em causa própria, nos termos do artigo 685 do Código Civil, por prazo indeterminado, ficando facultado aos outorgados substabelecer os poderes ora concedidos, com ou sem reservas. **12.4.** O exercício do Direito de Venda Forçada deverá ser irretirável e irrevogável, sendo certo que os Acionistas desde já expressamente concordam com a operação e se comprometem a tomar todas as medidas necessárias e assinar os documentos para formalizar a transferência das suas quotas. Todos os custos e despesas incorridos na preparação e efetivação da transferência, inclusive honorários legais e profissionais, serão rateados na proporção do valor recebido pelos Acionistas. **13. Dissolução Total, Liquidação e Extinção:** **13.1.** A Companhia entrará em dissolução e liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia, que estabelecerá a declaração da dissolução nos casos previstos na Lei das S.A., a forma da liquidação e a adequação da denominação social para incluir a expressão “em liquidação”, e eleição do liquidante e, se for o caso, a instalação do Conselho Fiscal nos termos deste estatuto social, para o período da liquidação. **13.2.** Após aprovação da prestação final das contas pela Assembleia, a liquidação será dada por encerrada e a Companhia conseqüentemente extinta. **13.3.** Independentemente do registro de que trata a cláusula 10.2 acima, os livros e documentos da Companhia deverão ser mantidos pelo liquidante em sua residência, aos seus cuidados, mesmo após a extinção da Companhia, pelos respectivos prazos legais. **14. Regência e Acordos:** **14.1.** A Companhia reger-se-á pelas disposições constantes deste estatuto social e, nas suas omissões, pela Lei das S.A. **14.2.** Eventuais contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia ficarão arquivados em sua sede, os quais prevalecerão sobre as disposições deste estatuto social nos limites legais. **15. Foro Competente:** **15.1.** Fica eleito o foro da comarca de São Paulo/SP, para a solução de conflitos e o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste estatuto social, com expressa exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Murilo Wadt; Wadt Mendes & Almeida Consultoria em TI Ltda. Por Murilo Wadt. Visto da Advogada: Ana Júlia Lissoni Cornélio – OAB/SP 425.570. JUCESP nº 397.550/20-0 em 23/09/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

### HealthBit Performasys Tecnologia e Inteligência Ltda.

CNPJ/ME nº 22.416.310/0001-24 – NIRE 35.229.150.968

#### 4º Instrumento Particular de Transformação de

#### Sociedade Empresária Limitada em Sociedade por Ações de Capital Fechado

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes: **I. Murilo Wadt**, RG nº 35.460.665-7 SSP/SP, CPF/ME nº 391.000.338-98, (“Murilo”); e **II. Wadt Mendes & Almeida Consultoria em TI Ltda.**, CNPJ/ME 15.418.852/0001-70, neste ato representada por seu administrador **Murilo Wadt**, acima qualificado (“Wadt Mendes”). Únicos sócios da **HealthBit Performasys Tecnologia e Inteligência Ltda.**, com sede na Avenida Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, nº 150, Térreo, Campinas/SP, (“Sociedade”), têm, entre si, justo e contratado, as seguintes alterações do contrato social da Sociedade. **1. Transformação do Tipo Societário:** **1.1.** Os sócios, neste ato e de comum acordo, alteram o tipo societário da Sociedade, de “sociedade empresária limitada” para “sociedade por ações de capital fechado”, regida pela Lei 6.404/1976. **2. Demais alterações em Razão da Transformação do Tipo Societário:** **2.1.** Em razão da alteração descrita no item 1.1 acima, os sócios, neste ato e de comum acordo, alteram a denominação social da Sociedade de “HealthBit Performasys Tecnologia e Inteligência Ltda.” para “HealthBit Performasys Tecnologia e Inteligência S.A.”. **2.2.** Os sócios, neste ato e de comum acordo, que passam à condição de acionistas, aprovam a conversão da totalidade das 200.000 quotas sociais, com valor nominal de R\$1,00 cada uma, que perfazem o valor total de R\$200.000,00 do capital social, em 200.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 179.000 ações ordinárias, e 21.000 ações preferenciais (“Ações”). As vantagens, restrições e regras de conversibilidade das ações preferenciais são aquelas previstas no estatuto social da Companhia. As ações são redistribuídas aos acionistas na mesma proporção da participação que cada qual antes possuía no capital da Sociedade, conforme descrito no boletim de subscrição e integralização por transformação, anexo à presente alteração (Anexo I). **2.3.** Os acionistas aprovam, neste ato e de comum acordo, a redação do estatuto social que passa a reger a Sociedade, anexo à presente alteração (Anexo II). **2.4.** Os acionistas deliberam que a Sociedade passará a ser administrada por uma Diretoria, a qual será constituída e exercerá as atribuições e os poderes conferidos por lei e de acordo com as disposições do estatuto social anexo. **2.5.** A Diretoria da Sociedade será composta por no mínimo 2 membros, acionistas ou não, residentes no país, sem designação específica, todos eleitos para mandatos de até 3 anos, podendo ser reeleitos e, a qualquer tempo, destituídos. **2.6.** Para os fins do disposto acima, os acionistas elegem, para compor a Diretoria da Sociedade, com mandato unificado de 2 anos a contar da presente data, os seguintes membros: (i) sr. **Murilo Wadt**, acima qualificado e (ii) sr. **Rogério Toshio Matsubara Miyata**, RG nº 26.456.771-7 SSP/SP e CPF/MF nº 220.289.298-20; devidamente empossados conforme termos de posse anexos (Anexo III). **2.7.** Os membros da Diretoria ora eleitos aceitam os cargos para os quais foram eleitos, afirmando, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos dos § 1º e 3º do artigo 147 da Lei das S.A. **2.8.** A remuneração dos membros da Diretoria será definida posteriormente pelos acionistas. **2.9.** Os acionistas declaram que a Sociedade transformada em sociedade por ações de capital fechado e a HealthBit Performasys Tecnologia e Inteligência S.A. é continuação da HealthBit Performasys Tecnologia e Inteligência Ltda., com os mesmos ativos, passivos, direitos e obrigações, sem qualquer interrupção de sua existência legal. **2.10.** Os diretores da Sociedade ficam incumbidos de utilizar as formalidades remanescentes relativas à sua transformação e atualização dos registros pertinentes perante os órgãos competentes. E, por estarem justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma, na presença de 2 testemunhas. Campinas, 15/06/2020. Murilo Wadt; Wadt Mendes & Almeida Consultoria em TI Ltda. Por Murilo Wadt. Visto da Advogada: Ana Júlia Lissoni Cornélio – OAB/SP: 425.570. **Estatuto Social: 1. Denominação Social:** **1.1.** A presente sociedade por ações de capital fechado operará sob a denominação de **HealthBit Performasys Tecnologia e Inteligência S.A.**, CNPJ/ME nº 22.416.310/0001-24 (“Companhia”) e será regida pelo presente estatuto social e pelas leis e regulamentos aplicáveis, em especial a Lei 6.404/1976 (“Lei das S.A.”). **2. Sede e Filiais:** **2.1.** A Companhia tem a sua sede Avenida Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, nº 150, Térreo, Campinas/SP. **2.2.** A Companhia poderá abrir, transferir ou extinguir filiais ou subsidiárias em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **3. Objeto Social:** **3.1.** A Companhia tem como objeto social a exploração das seguintes atividades: (i) Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; (ii) Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; (iii) Consultoria em tecnologia da informação; (iv) Atividade de consultoria em gestão empresarial exceto consultoria técnica específica; (v) Participações em outras sociedades, qualquer que seja seu objeto social, na qualidade de quotista, acionista ou consorciada, no Brasil e no exterior; (vi) Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres; (vii) Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; e, (viii) Atividades de atenção à saúde humana e apoio à gestão de saúde. **4. Duração da Companhia:** **4.1.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **5. Capital Social:** **5.1.** O capital social é de R\$200.000,00, dividido em 200.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 179.000 ações ordinárias e 21.000 ações preferenciais. **5.2.** Todas as ações preferenciais terão as seguintes características: (i) ausência de direito de voto; (ii) direito de receber dividendos fixos, prioritariamente às ações ordinárias, no montante de R\$20,22 a cada exercício social, corrigidos anualmente pela variação anual acumulada do IGP-M/FGV, ou aquele que o vier a substituir, a partir do exercício social encerrado em 31/12/2019, a serem pagos em uma ou mais parcelas durante os respectivos exercícios sociais, nos termos do inciso I do artigo 17 da Lei das S.A., sendo que, caso não sejam apurados lucros distribuíveis em cada um dos exercícios sociais, os dividendos fixos não poderão ser pagos e eventuais parcelas pagas no decorrer do respectivo exercício deverão ser devolvidas; (iii) direito de participar, cumulativamente, dos lucros remanescentes distribuídos, em igualdade de condições com as ações ordinárias. **5.3.** As ações terão a forma nominativa e a sua propriedade será comprovada pela devida inscrição do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, sendo vedada a emissão de certificados. **5.4.** Os acionistas terão preferência para subscrição de ações nos aumentos do capital social da Companhia na proporção das que possuírem, pelo prazo mínimo de 30 dias da aprovação do aumento. **5.5.** Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas da Companhia. **5.6.** As ações são impenhoráveis, não podendo ser oneradas ou dadas em garantia por dívidas contraias por um acionista em particular, não se permitindo, também, o arresto ou sequestro destas para garantia na execução de dívidas pessoais. **5.7.** O capital social foi integralmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional. **6. Administração:** **6.1.** A administração da Companhia será exercida pela diretoria, na forma da lei e deste estatuto social, como órgão de administração executiva. **6.2.** A diretoria será composta por no mínimo 2 membros, acionistas ou não, residentes no país, sem designação específica, todos eleitos para mandatos de até 3 anos, podendo ser reeleitos e, a qualquer tempo, destituídos (“Diretoria”). Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos diretores eleitos, estendendo-se o prazo de gestão até esse momento. **6.3.** Na hipótese de ausência de qualquer diretor por período superior a 60 dias, os demais diretores deverão convocar uma assembleia geral de acionistas em até 30 dias para eleger um novo membro que completará o prazo do mandato do referido diretor ausente. **6.4.** Os diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrados em livro próprio, devendo, para tanto, comprovar o cumprimento dos requisitos previstos na Lei das S.A. Se o termo não for assinado nos 30 dias seguintes à nomeação, ficará essa sem efeito, salvo em caso de justificativa apresentada por escrito pelo membro eleito e aceita pela Diretoria. **6.5.** Compete à Diretoria, por si ou por seus mandatários, conforme o caso, além das atribuições que lhe são previstas em lei: (i) Cumprir e fazer cumprir o estatuto social, as deliberações da Assembleia e a legislação em vigor; (ii) Promover o funcionamento regular da Companhia e praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social, dentro dos limites deste estatuto social e da lei; (iii) Representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais e/ou estatutárias pertinentes e as deliberações da Assembleia; (iv) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e definir as estruturas operacionais, dentro dos limites estabelecidos pela Assembleia e pelo estatuto social; (v) Celebrar contratos, compromissos, contratar serviços e adquirir bens em nome da Companhia cujo valor não ultrapasse R\$ 50.000,00, sendo que as contratações acima desse valor dependerão de aprovação ou ratificação dos acionistas em Assembleia, nos termos do presente estatuto social; (vi) Efetuar a contratação de empréstimos e financiamentos de qualquer natureza pela Companhia que não excedam o valor de R\$ 50.000,00 por operação, sendo que as contratações acima desse valor dependerão de aprovação ou ratificação dos acionistas em Assembleia, nos termos do presente estatuto social; (vii) Adquirir ou alienar bens imóveis que não excedam o valor de R\$ 50.000,00 ou onerar quaisquer bens ou imóveis da Companhia sem a aprovação ou ratificação dos acionistas em Assembleia. **6.6.** Exceto em caso de aprovação dos acionistas em Assembleia, é vedado aos membros da Diretoria a prestação de avais, fianças ou outras garantias de favor, bem como o uso ou emprego da denominação social em negócios ou transações estranhas aos objetivos sociais. **6.7.** A Companhia é representada e validamente se obriga por: (i) 2 diretores agindo em conjunto; (ii) 2 procuradores constituídos na forma do presente estatuto social; (iii) 1 diretor em conjunto com 1 procurador constituído na forma do presente estatuto social. **6.8.** A Diretoria poderá constituir mandatários da Companhia, devendo o respectivo instrumento de mandato ser assinado por 2 diretores. O instrumento deverá especificar os atos ou operações que os mandatários poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial ou para representação em processos administrativos ou arbitrais, poderá ser por prazo indeterminado e, nos demais casos, deverá ter prazo de validade de, no máximo, 1 ano. **6.9.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões da Diretoria serão convocadas por quaisquer dos diretores, por e-mail, por entrega pessoal em mãos, ou por serviço de correio ou courier com comprovação de entrega, enviados aos endereços constantes dos atos societários ou endereços eletrônicos informados por escrito por cada um dos diretores à Companhia, com antecedência mínima de 48 horas da data de cada reunião, indicando a pauta, data, local e horário da reunião. **6.9.1.** As Reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença da maioria de seus membros. **6.9.2.** Independentemente do cumprimento das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecem todos os membros da Diretoria. **6.9.3.** As deliberações da Diretoria serão lavradas em ata, a qual será transcrita no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria e, sempre que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos deverão ser arquivados na junta comercial competente e publicados nos termos da lei. **6.10.** Os diretores deverão ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios, sendo expressamente vedada a celebração de negócios estranhos aos

### DVB Serviços de Blindagens S.A. – CNPJ/ME nº 33.919.795/0001-95

#### Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

Ativo	Balanços Patrimoniais		Demonstrações dos Resultados	
	2019	2018	2019	2018
<b>Ativo Circulante</b>	-	-	-	-
Disponibilidades	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-
Impostos a recuperar	-	-	-	-
Estoques de mercadorias	-	-	-	-
Despesas antecipadas	-	-	-	-
Outros realizáveis a curto prazo	-	-	-	-
<b>Ativo Não-Circulante</b>	-	-	-	-
Realizável a longo prazo	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	-
Intangível	-	-	-	-
<b>Total do Ativo</b>	-	-	-	-
<b>Passivo</b>	-	-	-	-
<b>Passivo Circulante</b>	-	-	-	-
Obrigações Comerciais	-	-	-	-
Impostos a recolher	-	-	-	-
Obrigações Trabalhistas	-	-	-	-
Outros exigíveis a curto prazo	-	-	-	-
<b>Passivo Não-Circulante</b>	-	-	-	-
<b>Patrimônio a Longo Prazo</b>	-	-	-	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	-	-	-	-
Capital Social	-	-	-	-
(-) Capital Social a Integralizar	-	-	-	-
Resultados Acumulados	-	-	-	-
<b>Total do Passivo</b>	-	-	-	-
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis</b>				
<b>1. Contexto Operacional</b> – A DVB Serviços de Blindagens S.A., tem como objeto social preponderante, o serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores. <b>2. Apresentação das Demonstrações contábeis</b> – As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 11.638/07 e 11.941/09 (MP 449/08 convertida em lei) que introduz, revoga e altera os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, bem como nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.				
Em termos gerais, a Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09 contemplam as medidas e esforços para a harmonização das práticas contábeis nacionais aos padrões internacionais de contabilidade. <b>3. Patrimônio Líquido – Capital Social:</b> O capital social, no valor de R\$ 100.000,00, sendo que o valor encontra-se a integralizar, está representado por 100.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. As demais empresas do grupo possuem suas demonstrações contábeis devidamente apresentadas a secretária da Receita Federal (SRF) registradas e com aprovação em ata específica estando a disposição dos sócios cotistas para consulta.				
<b>Marco Antônio Pereira de Abreu</b> – Diretor				
<b>Leovaldo Lourenço Barbieri</b> – Técnico Contábil – CRC 1SP 121.431/O-7				

## Negócios

### Venda de imóveis cresce 58% e registra melhor resultado desde 2014



O balanço mensal da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), mostra um aumento de 58% nas vendas de novas unidades habitacionais em julho em relação ao mesmo mês de 2019. Ao todo, foram comercializadas 13.023 unidades no período, representando o melhor resultado mensal do indicador desde maio de 2014.

O levantamento, feito com base nas informações repassadas por incorporadoras, indica ainda que entre os meses de maio, junho e julho as vendas cresceram 25,5% em comparação ao mesmo período no ano passado, totalizando 35.814 unidades vendidas.

No acumulado em 12 meses, as 125.380 unidades comercializadas representam um avanço de 9% em relação ao volume vendido nos 12 meses anteriores. Já as vendas líquidas (calculadas com base no volume de vendas e distratos), cresceram 56,2% em julho, 21,2% no último trimestre móvel e 12,1% nos últimos 12 meses.

Enquanto isso, os lançamentos de novos empreendimentos registraram alta de 38,2% em julho, o que para o presidente da Abrainc, Luiz Antonio França mostra a resiliência diante da crise instalada por conta da pandemia. Para o executivo, a retomada é sinal de que as incorporadoras estão confiantes na recuperação econômica brasileira. “Em julho, os lançamentos

de novos empreendimentos registraram crescimento de 38,2%. Esse salto reflete a retomada de lançamentos (7,3%) e vendas (34,8%) no segmento de médio e alto padrão, que havia sofrido mais impacto da pandemia”, diz França.

Enquanto os imóveis de alto médio e alto padrão registraram queda de 60,3% nos lançamentos e de 9% nas vendas durante o último trimestre móvel (em comparação ao mesmo período de 2019), os empreendimentos do Minha Casa Minha Vida apresentaram uma queda menos expressiva no número de lançamentos (24,6%). Em contrapartida, houve um aumento de 39% nas vendas no acumulado entre maio e julho.

Exame

### brMalls e Multiplan realizam novo aporte em negócio de R\$ 1 bilhão



A Delivery Center permite que os lojistas parceiros de shopping centers exibam seus produtos e cardápios em marketplaces como Ifood, Rappi e Mercado Livre

A maior parte dos shoppings centers no país já reabriu as portas, mas a apostarem uma estratégia digital e multicanal continua alta. A Delivery Center, startup que integra lojistas físicos de shoppings a canais de venda digitais, recebeu um novo aporte de seus principais investidores. As redes brMalls, Multiplan e CCP realizaram um investimento de 30 milhões de reais.

Desse total, 18,6 milhões de reais serão aportados pela

### Braskem sofre ataque de hackers e suspende sistemas

A Braskem, braço petroquímico do grupo Odebrecht, sofreu um ataque de hackers em seu ambiente de tecnologia da informação. A operação suspeita foi percebida neste domingo (4).

Segundo comunicado enviado para empresas que compram os produtos da petroquímica, poderiam acontecer atrasos no faturamento e expedição.

Na manhã desta quarta-feira (7), a Braskem, que é uma empresa de capital aberto, comunicou o mercado sobre o ataque ao sistema.

Funcionários da empresa, que não quiseram ter seus nomes divulgados, disseram que os caminhões não foram carregados nem na segunda-feira (5) nem na terça-feira (6). Existe uma expectativa interna de que os caminhões voltem a sair a partir da tarde desta quarta. Os faturamen-

tos estão sendo feitos à mão. Especialistas ouvidos pela reportagem, que pediram para ter seus nomes preservados, afirmam que o impacto pode ser muito grande no mercado de resinas, já bastante afetado pela falta de produtos.

A Braskem é a maior fornecedora de resinas plásticas do país. A empresa detém o monopólio da produção de compostos como polietileno e polipropileno, que são usados para embalagens, potes e seringas plásticas. A petroquímica também é a líder na venda de PVC, utilizado em canos e outros produtos plásticos.

Em setembro, a Braskem vendeu 365,7 mil toneladas de resinas no Brasil, um recorde para a empresa. Nesses dois dias e meio parada, a empresa deixou de transportar cerca de 30 mil toneladas.

A Braskem afirma que o ataque foi detectado quando ainda estava em andamento.

Bruna Narcizo/Folhapress



Multiplan, cuja participação será elevada para 26,5% do capital social da investida. Já a brMalls aportou 9 milhões de reais.

É o segundo investimento na empresa este ano, sendo o primeiro em janeiro. A Delivery Center prevê atingir um faturamento de 1 bilhão de reais e 150 shoppings integrados em meados de 2021. Lançada em 2018, a iniciativa já atingiu mais de 1,2 milhão de pedidos apenas para os shoppings da brMalls. Atualmente, conta com 40 centrais de entregas distribuídas por 17 cidades e 8 estados e contabiliza 3.000 lojistas integrados ao serviço.

O aporte tem como objetivo consolidar a atuação da

empresa nas cidades já atendidas e expandir a solução para novos mercados, além de aprimorar a tecnologia de integração de estoques e conexões a outros comércios eletrônicos.

A Delivery Center permite que os lojistas parceiros exibam seus produtos e cardápios em marketplaces como Ifood, Rappi, Mercado Livre, Google Food Order, B2W, além dos próprios marketplaces das administradoras, usando os shoppings como um hub logístico. Toda a gestão e roteirização dos pedidos é feita pela própria plataforma.

Exame